

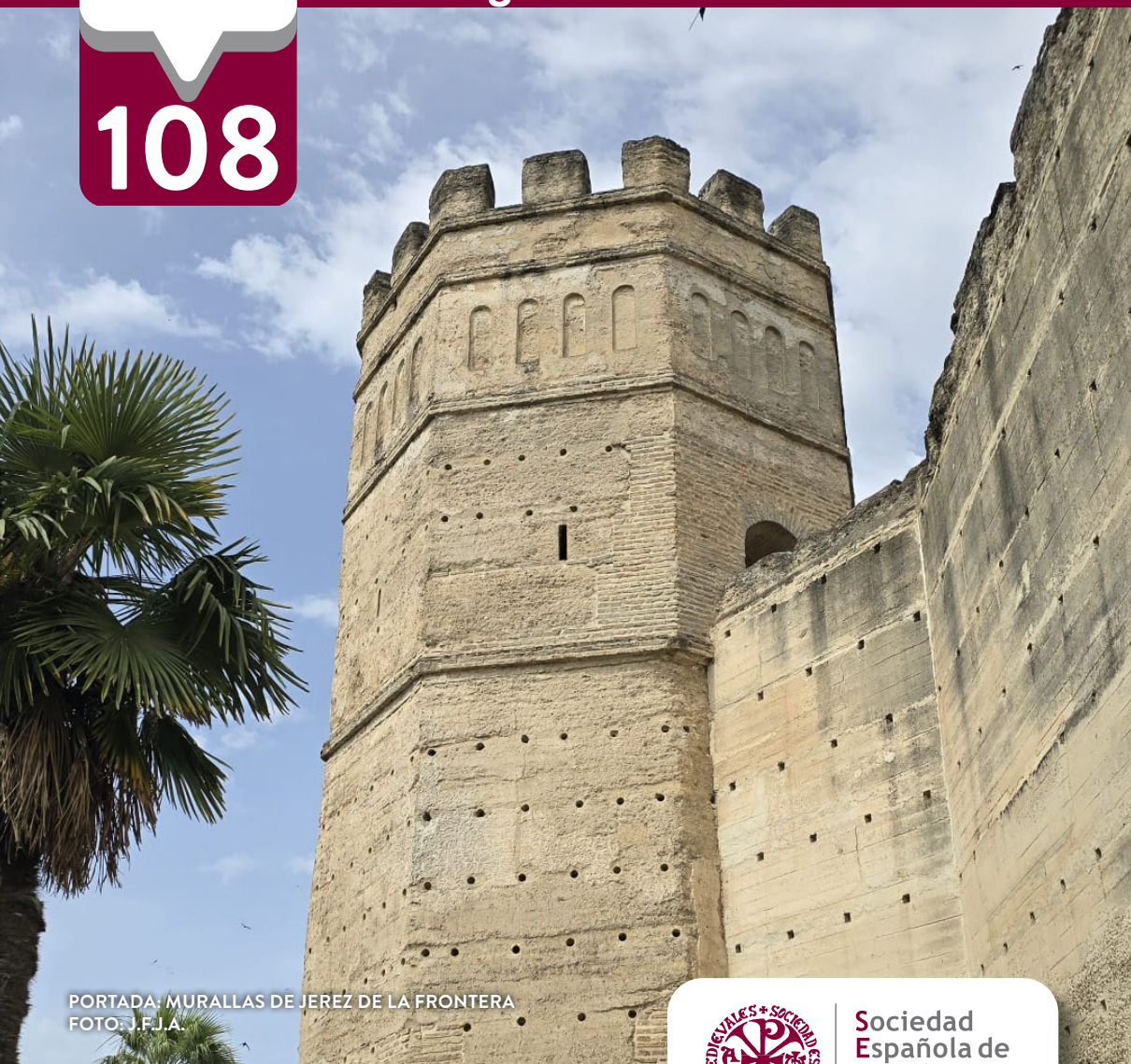


Boletín

SEEM

Julio-Agosto 2026

108



PORTADA: MURALLAS DE JEREZ DE LA FRONTERA
FOTO: J.F.J.A.



Sociedad
Española de
Estudios
Medievales

XXXIX ASAMBLEA ANUAL DE LA SEEM.
PAMPLONA 2026

SUMARIO

03 EDITORIAL

06 OBITUARIO

11 ACTIVIDADES DE LA SEEM

48 PRÓXIMOS EVENTOS

69 LLAMAMIENTOS PARA PRESENTACIÓN DE
ORIGINALES

85 NOTICIAS

89 NOVEDADES EDITORIALES



EDITORIAL

Como todos los veranos, la actividad del medievalismo hispánico no cesa. La mejor prueba es la celebración de eventos científicos, algunos ya tradicionales, como los cursos de verano de la Universidad de León, de la Universidad de Murcia, de la UNED, el clásico de Estella, o la Semana de Estudios Medievales de Nájera, entre otros, en algunos de los cuales la SEEM colabora de alguna forma. Suponemos que nuestros asociados del Cono Sur americano tendrán su breve parón invernal, casi envidiado por estos lares, donde las oleadas de calor llegan a ser casi una maldición (es lo de todos los años, pero hay que quejarse igualmente). Se anuncian también otros eventos previstos para el último cuatrimestre del año en curso, como los Encuentros Internacionales del Medievo de Nájera, previsto para los últimos días del próximo mes de noviembre. Quedamos a la espera del programa de la tercera edición del congreso sobre el Cid, que se celebra en la Universidad de Burgos entre el último día de septiembre y los dos primeros de octubre. Una vez se ha cerrado el plazo de inscripción, quedamos a la espera del siguiente boletín para ofrecer más información. Otras noticias, como la exposición “Primada”, que está abierta hasta otoño en la catedral de Toledo, completan la información contenida en este boletín.

Las novedades editoriales culminan el último apartado, como suele ser habitual, con interesantísimas publicaciones muy variadas. No obstante, queremos hacer hincapié en el número 4 de la colección *Cuadernos de la SEEM. Divulgación*, titulado

“Cómo estudiar la desigualdad económica y la distribución de la riqueza en época medieval”, bajo la coordinación de la Dra. Esther Tello Hernández; y las dos monografías en las que el Dr. Reglero de la Fuente contribuye con estas obras a que la colección Mayor de la SEEM continúe con el aumento de sus títulos: *Los monasterios benedictinos y cistercienses castellanos y el Papado en la Baja Edad Media*, en este caso como coordinador, y de manera particular, *El ocaso de Cluny en Castilla. Reino, Iglesia y monasterios (1380-1508)*. Se localizan en el apartado de Publicaciones de nuestra web, aunque en el caso de *Los monasterios...* se trabaja estos días en subirlo en nuestro repositorio.

Asimismo, queremos hacer hincapié en el congreso: “Mujeres religiosas en la Edad Media: expresiones materiales y espirituales” que se celebrará del 29 al 30 de octubre de 2026 en Pamplona, en cuyo marco celebraremos el último día la XXXIX Asamblea General de la Sociedad Española de Estudios Medievales. Se informará en tiempo y forma cuando se acerque la fecha.

A riesgo de parecer insistentes, continuamos con las pruebas de la plataforma de intercambio bibliográfico en www.medievalismo.org, pues los detalles de carácter técnico nos lo están retrasando más de lo que hubiéramos deseado; y ya va para muchos meses, demasiados. Agradecemos sinceramente la paciencia que vemos en todas vosotras y en todos vosotros.

Aparece en este boletín el obituario de Luís Alberto Adão da Fonseca, amigo de muchos de nosotros, escrito por nuestra asociada Paula Pinto Costa, a quien le agradecemos particularmente su texto. Echaremos mucho de menos al profesor portugués.

En estos momentos, también se trabaja en la actualización y modernización visual de la web de nuestra asociación (www.medievalistas.es). Esperamos que los cambios gusten, aunque

también hemos de advertir que se conservará la versatilidad y facilidad de uso de la web.

Por último, no queremos dejar pasar la ocasión para recordar a nuestros asociados y asociadas que en septiembre se pasará la cuota anual. Por el propio beneficio de la asociación, si ha habido algún cambio, sobre todo en el IBAN, por favor, comuníquennoslo por medio de un correo-e a info@medievalistas.es o secretaria@medievalistas.es.

No queda más que desear a todos nuestros asociados y asociadas un verano llevadero, y que aprovechemos los días de asueto con el fin de recuperar fuerzas para afrontar el curso venidero.

Feliz verano





IN MEMORIAM

Luís Alberto Adão da Fonseca
(1945.06.06, Lisboa – 2026.05.11, Porto)

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1968), Doutor em História Medieval pela Universidade de Navarra (com efeitos civis reconhecidos pela Universidade do Porto em 1979.07.23) e Professor Catedrático de História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1984).

Como Historiador especializou-se no período Medieval e dedicou particular atenção aos séculos XIV-XVI, explorando temáticas como as Cruzadas, as Ordens Religioso-Militares, a História Peninsular, a História Política e Diplomática, a História Marítima e as condições de produção do conhecimento histórico. De entre todas estas áreas, a que mais desenvolveu e onde criou escola foi a das ordens religioso-militares.

Envolveu os mais jovens na investigação que lhe permitiu criar e desenvolver, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, uma linha de investigação sobre história das ordens religioso-militares. Esta dinâmica foi a base para o estabelecimento de uma ligação científica muito profícua com a Câmara Municipal de Palmela (desde 1989), onde se localiza o famoso convento da Ordem de Santiago, em que se enquadram os encontros sobre ordens militares. Estes encontros ganharam notoriedade e reconhecimento científico e, a cada quatro anos, convocam especialistas de muitas proveniências, convertendo-se num espaço de referência para o estudo das ordens religioso-militares.

Foi Professor na Universidade do Porto (1969-1975; 1981-2006), na Universidade de Navarra (1975-1981), na École des Hautes Études en Sciences Sociales (1991), Universidade de São Paulo (1997), na Johns Hopkins University (1998) e na Universidade Lusíada (1996-2011), tendo, nesta última, exercido as funções de Vice-Reitor (2004-2011). Foi também Coordenador-Adjunto da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1989-1992) e Presidente do Instituto Camões (1992-1995).

Foi académico de número da Academia Portuguesa da História, membro emérito da Academia de Marinha, académico correspondente da Real Academia de la Historia, membro fundador da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, membro da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa e da Society for the Study for the Crusades and the Latin East.

Reflexo dos seus interesses científicos, criou e foi Presidente da Comissão Coordenadora do Curso Integrado de Pós-graduação em História Medieval e do Renascimento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2000-2003), curso altamente inovador e decisivo para o envolvimento de jovens investigadores e para a consolidação da investigação em torno dos estudos medievais, criou e foi Diretor da coleção *Militarium Ordinum Analecta* (com 18 volumes publicados), um inquestionável marco na divulgação de estudos monográficos e de fontes documentais para o estudo das ordens religioso-militares, e foi Editor-Diretor da revista e-Journal of Portuguese History (Universidade do Porto-Brown University, desde 2003), que é um contributo singular para a divulgação de trabalhos académicos originais, de alta qualidade e inovadores sobre temas relacionados com a história das sociedades de língua portuguesa, analisados em diversos contextos e áreas geográficas.

Destaca-se a sua participação ativa em comissões editoriais de algumas revistas e em comissões científicas. Foi vogal da Comissão Permanente dos Congressos de História da Coroa de Aragão (desde 1976), membro do Comité Internacional Acessor para Programas de História EUNSA (exerceu as funções de Secretário, 1978-1982), tendo coordenado a edição da História Universal EUNSA (14 volumes publicados entre 1979 e 1984), membro do Conselho Científico do Instituto de História da Europa Mediterrânea do Consiglio Nazionale delle Ricerche (Cagliari, desde 2003) e Presidente do Conselho Científico do CEPESE – Centro de

Estudos da População, Economia e Sociedade (desde 2007).

Ao nível da gestão de ciência, foi membro do Standing Committee for the Humanities da European Science Foundation (Estrasburgo, em representação de Portugal, 2002-2008) e membro do Conselho Científico das Ciências Sociais e Humanas, da Fundação para a Ciência e Tecnologia (2003-2007).

No plano da investigação científica, é autor de mais de duas dezenas de livros e de mais de duas centenas e meia de artigos e/ou de capítulos de livros, publicados em Portugal, Alemanha, Bélgica, Brasil, Bulgária, Espanha, Estados Unidos da América, França, Inglaterra e Itália. Proferiu inúmeras intervenções em reuniões científicas e conferências de temas históricos e com relevância social. Foi responsável por vários programas bilaterais no âmbito das relações luso-italianas (desde 2007), desenvolvidos ao abrigo de acordos estabelecidos pelo Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), do Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior (GRICES) e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) com o Consiglio Nazionale delle Ricerche (CNR). Foi investigador responsável pelo projeto Comendas das Ordens Militares: perfil nacional e inserção internacional (PTDC/HIS-HIS/102956/2008), coordenador do grupo português do projeto europeu Cuius regio. An analysis of the cohesive and disruptive forces (Eurocore-CODE/0001/2009) e membro da ação COST European Cooperation in Science and Technology: Medieval Eu-

rope – Medieval Cultures and Technological Resources (2010-2015).

Luís Adão da Fonseca foi um Professor com uma enorme capacidade de trabalho, dinâmico, com perspicácia científica, criador de hipóteses de trabalho, inspirador do trabalho em equipa e altruísta, que colocou ao serviço de vários investigadores a sua biblioteca, reflexo da sua mundividência e projeção intelectual.

ACTIVIDADES SEEM



XXXVI SEMANA DE ESTUDIOS MEDIEVALES DE NÁJERA

6-10 DE JULIO 2026

ANTIGUO REFECTORIO DE SANTA MARÍA LA
REAL, NÁJERA, LA RIOJA

Inscripción y matrícula:

<https://amigosdelahistorianajerillense.com/>

Programa

Lunes, 6 de julio

09:30 – 10:30 h. Recepción de asistentes en el antiguo Refectorio de Santa María la Real y entrega de documentación.

10:45 h. Apertura oficial del curso.

11:00 h. Conferencia inaugural:
Adeline Rucquoi
(Centre National de la Recherche Scientifique)
“Los terrores del año mil”

13:30 h. Vino riojano.

17:00 h. 2ª Conferencia:
Félix J. Martínez Llorente
(Universidad de Valladolid)
“El terror a la justicia divina y el miedo a la justicia humana”

19:00 h. Visita guiada por el casco antiguo de Nájera.

Martes, 7 de julio

10:00 h. 3ª Conferencia: **Óscar Villarroel González** (Universidad Complutense)
“El miedo como medio de control político-social”

A continuación: 4ª Conferencia:
José Manuel Nieto Soria
(Universidad Complutense)
“El miedo en la corte”

17:00 h. 5ª Conferencia:
Francisco García Fitz
(Universidad de Extremadura)
“El miedo a la guerra”

20:00 h. Concierto de música antigua Claustro de Santa María la Real ¡*Ultreia!* Grupo Zorongo

Miércoles, 8 de julio

09:30 h. 6ª Conferencia: **Enrique Cantera Montenegro** (U.N.E.D.)
“El miedo a las minorías”

A continuación: 7ª Conferencia: **Mª Isabel Morente Parra** (Universidad Complutense) *“La enfermedad y la exclusión social”*

16:30 h. Visita guiada a la villa de Bañares.

Jueves, 9 de julio

09:00 h. Visita al monasterio de Santa María la Real.

11:00 h. 8ª Conferencia:

Alberto Toldrà i Vilardell

(Universidad de Valencia)

"Fantasmas y espíritus: El miedo a lo incontrolable"

A continuación: 9ª Conferencia:

Roberto Morales Estévez

(Universidad Autónoma de Madrid)

"El miedo al diablo y al más allá"

17:00 h. 10ª Conferencia:

Miguel C. Vivancos Gómez

(O.S.B., Dr. Investigador)

"Miedo al pecado o terror al entredicho: los pasionarios hispánicos"

Viernes, 10 de julio

09:30 h. Visita a la parroquia de la Santa Cruz.

11:30 h. Conferencia de clausura:

Javier Martínez de Aguirre Aldaz

(Universidad Complutense)

"Muerte, infierno, pecado: monstruos devoradores en el románico hispano"

A continuación: Ceremonia de clausura.

16:00 h. Visita a Bodegas Viña Ijalba, en Logroño.

**CURSO DE VERANO:
LA ESCRITURA VISIGÓTICA EN
LOS REINOS OCCIDENTALES
HISPANOS. AÑO VIII.
CENTROS DE PRODUCCIÓN
DE CÓDICOS (SS. XI-XII)**

13-17 DE JULIO DE 2026

**UNIVERSIDAD DE LEÓN
TEATRO GULLÓN. ASTORGA (LEÓN)**

Tasas de matrícula:

Ordinaria: 100,00 €

Alumnos de otras universidades: 100,00 €

Alumnos ULe: 90,00 €

PROGRAMA

LUNES 13 DE JULIO DE 2026

- 09:00 h. Recepción de alumnos.
- 09:15 h. Inauguración del curso por representantes de la concejalía de cultura de Astorga y la directora del Instituto de Estudios Medievales ULE.
- 09:30 h. *Marco Histórico: sustrato institucional y jurídico romano en la Edad Media*
Gregoria Caveró Domínguez, Univ. de León
- 10:30 h. *La producción de códices visigóticos en los ss. XI-XII*
José Antonio Fernández Flórez, Univ. de Burgos.
- 11:30 h. Pausa. Café.
- 12:00 h. Prácticas de lectura en Códices. Grupo A: alumnos avanzados Grupo B: alumnos de iniciación: Marta Herrero/José A. Fernández.
- 14:00 h. Comida.
- 17:00 h. *El programa iconográfico de los Beatos*
Marta Herrero de la Fuente, Univ. de Valladolid.
- 18:00-20:00 h. Prácticas de lectura en códices. Grupos A y B. Marta Herrero / José A. Fernández Flórez.

MARTES 14 DE JULIO DE 2026

- 09:00 h. *La huella mozárabe en los monasterios del norte*
Gregoria Cavero Domínguez, ULeón.
- 10:00 h. *Los Beatos: una aportación Hispana a la cultura universal*
José Antonio Fernández Flórez, Univ. de Burgos.
- 11:00 h. Pausa. Café.
- 11:30 h. Prácticas de lectura. Grupo A José A. Fernández. Grupo B. Marta Herrero.
- 14:00 h. Comida.
- 17:00 h. *Los Beatos del monasterio de Sahagún*
Marta Herrero de la Fuente, Univ. de Valladolid.
- 18:00-20:00 h. Prácticas de lectura. Grupo A José A. Fernández. Grupo B Encarnación Martín.

MIÉRCOLES 15 DE JULIO DE 2026

- 09:00 h. *La liturgia y la iglesia en los siglos XI y XII*
Gregoria Cavero Domínguez, Univ. de León
- 10:00 h. *Códices castellanos y de La Rioja en la transición al siglo XII*
Sonia Serna Serna, Univ. de Burgos.
- 11:00 h. Pausa. Café.

VIERNES 17 DE JULIO DE 2026

- 09:00 h. *Cambios en la vida urbana y rural de los siglos XI y XII*
Gloria Cavero Domínguez, Univ. de León.
- 10:00 h. *Transiciones estéticas y técnicas de la escritura de notoriedad en los códices*
Encarnación Martín López, Univ. de León.
- 11:00 h. Pausa Café.
- 11:30 h. Prácticas de lectura. Grupo A. Marta Herro. Grupo B. Encarnación Martín.
- 13:00-14:00 h. Clausura y presentación curso de verano 2027.

La ***Sociedad Española de Estudios Medievales*** colabora en esta actividad con la prestación de una bolsa de ayudas destinada a los socios de la SEEM menores de 30 años, con un presupuesto general de 300 euros, que serán repartidos entre los solicitantes (siempre por riguroso orden de petición, y con la condición de que si son residentes en la provincia de León la ayuda será de 50 euros y si lo son de otras comunidades autónomas españolas o de otros países, de 150 euros, hasta agotar el presupuesto acordado). Habrá que dirigir la solicitud a: info@medievalistas.es

Durante el año 2026 se conmemora el VIII Centenario de la Conquista de Baeza. Dentro del programa de actividades previsto, del 1 al 3 de octubre de 2026 se celebrará el Congreso Internacional titulado **“Baeza 1226: el comienzo de una nueva historia”**, organizado por el Excmo. Ayuntamiento de Baeza y acogido por la UNIA, sede Antonio Machado.

El objetivo del Congreso es analizar no solo el proceso de transformación que experimentó la ciudad entre el último cuarto del siglo XII y el siglo XIII, sino también el contexto histórico que, en esos mismos momentos, se desarrollaba en otros ámbitos peninsulares y norteafricanos.

A través de distintas secciones temáticas se abordarán cuestiones de carácter militar, económico, social y cultural que marcaron tanto al mundo islámico como al cristiano durante ese periodo.

Además de contar con la participación de especialistas en estas materias, el Congreso prevé admitir comunicaciones libres para su presentación durante las jornadas. Por ello, animamos a todas las personas interesadas a enviar propuestas relacionadas con los ejes temáticos planteados y procedentes de ámbitos tan diversos como la historia, la historia del arte, la arqueología o la filología. El objetivo es crear un espacio de debate y enriquecimiento mutuo entre especialistas consolidados y jóvenes investigadores.

Las secciones previstas son:

1.- al Ándalus y almohades.

2.- Guerra y Conquista.

3.- La nueva sociedad.

a.- Marco legal. Marco concejil.

b.- Sociedad y economía.

c.- Las minorías.

d.- Iglesia y cultura.

e.- Arquitectura, urbanismo y fortificación.

f.- La nueva frontera.

Las propuestas deberán ser inéditas y junto a un breve currículum se enviarán a la siguiente dirección electrónica, con fecha límite antes del 31 de agosto de 2026:
congresoconquistadebaeza800@gmail.com

Las comunicaciones recibidas serán evaluadas por el Comité Científico, que notificará a los candidatos, en un plazo estimado de dos semanas hábiles, la aceptación total, parcial o el rechazo de sus propuestas. Una vez aceptada la comunicación, los participantes dispondrán de 15 minutos para la exposición de sus trabajos, pudiendo acompañarla de los medios audiovisuales que consideren oportunos.

Publicación:

Los textos resultantes, siempre y cuando superen el correspondiente proceso de evaluación por pares ciegos, se incluirán en el libro que se tiene previsto editar con los resultados del Congreso.

Las comunicaciones no podrán exceder los 40.000 caracteres con espacios, incluyendo la totalidad de sus contenidos. Todas deberán incorporar Título, Resumen y Palabras clave.

Los trabajos se presentarán en Times New Roman, tamaño 12, mientras que las notas al pie y la bibliografía deberán emplear tamaño 10. Al final del documento deberá incluirse la bibliografía citada, ordenada alfabéticamente.

Comité Científico:

Eva Alcázar Hernández (Profesora titular de Historia Medieval de la Universidad de Jaén).

María Antonia Carmona Ruiz (Catedrática de Historia Medieval de la Universidad de Sevilla).

Juan Carlos Castillo Armenteros (Catedrático de Historia Medieval de la Universidad de Jaén)

Adela Fábregas García (Catedrática de Historia Medieval de la Universidad de Granada)

Francisco García Fitz (Catedrático de Historia Medieval de la Universidad de Extremadura)

Francisco Juan Martínez Rojas (Historiador de la Iglesia, deán de las catedrales de Jaén y Baeza)

José Rodríguez Molina (Profesor de Historia Medieval jubilado, asesor de honor)

Vicente Salvatierra Cuenca (Catedrático de Historia Medieval de la Universidad de Jaén y consejero del Instituto de Estudios Giennenses)

Coordinación

María Antonia Carmona Ruiz

José Luis Chicharro Chamorro

La *Sociedad Española de Estudios Medievales* colabora en esta actividad con la prestación de una bolsa de ayudas destinada a los socios de la SEEM menores de 30 años, con un presupuesto general de 300 euros, que serán repartidos entre los solicitantes (siempre por riguroso orden de petición, y con la condición de que si son residentes en la provincia de Jaén la ayuda será de 50 euros y si lo son de otra provincia, comunidad autónoma española o de otros países, de 150 euros, hasta agotar el presupuesto acordado). Habrá que dirigir la solicitud a: info@medievalistas.es

Se recuerda que está destinado a cubrir estancia y desplazamiento, y que habrá prioridad entre los asociados que no hayan disfrutado durante el año en curso ningún tipo de ayuda económica de la SEEM.

CONGRESO INTERNACIONAL VIII CENTENARIO DE LA CATEDRAL GÓTICA DE TOLEDO

METRO E MESURA DE TODAS: LA CATEDRAL GÓTICA DE TOLEDO (1226-1495)

FACULTAD DE HUMANIDADES DE
TOLEDO
UNIVERSIDAD DE CASTILLA-LA
MANCHA

21-23 DE OCTUBRE DE 2026

En el año 2026 la catedral de Toledo celebrará el VIII Centenario de la colocación de la primera piedra de su edificio gótico. La Universidad de Castilla-La Mancha y su Facultad de Humanidades de Toledo han querido sumarse a los actos conmemorativos de esta efeméride organizando un Congreso Internacional que repase, durante los siglos XIII al XV, la trayectoria histórica, artística y litúrgica de un edificio que forma parte indisoluble del paisaje urbano y humano de la ciudad. El cardenal Cisneros, en una carta dirigida al cabildo en 1509, definió a la catedral primada como «metro e mesura de todas», significando el carácter

Primera Sesión: La catedral y el cabildo en los siglos XIII al XV

10:45 María José Lop Otín (Universidad de Castilla-La Mancha): *La catedral primada y la investigación en el siglo XXI*

11:15 Pausa-café

11:45 Juan Carlos de la Flor Gutiérrez (Universidad de Castilla-La Mancha): *Una sociedad catedralicia. Los capitulares toledanos entre 1400 y 1550*

12:15 Óscar Villarroel González (Universidad Complutense): *Del capítulo a los ámbitos de poder: miembros del cabildo toledano en la primera mitad del siglo XV*

12:45 Francisco de Paula Cañas Gálvez (Universidad Complutense): *Gobernar el espacio, proyectar el poder: catedral primada, cabildo y monarquía en la configuración de la plaza de Zocodover (1433)*

13:15 Debate

Segunda Sesión: Liturgia, música y objetos rituales

16:00 Juan Pablo Rubio Sadia (Pontificio Ateneo San Anselmo, Roma): *«Hoc modo fiunt festa in ecclesia Toletana». Rasgos de la tradición litúrgica romana de Toledo (siglos XII-XV)*

16:30 David Andrés Fernández (Universidad Complutense): *«Espejo de la canturía». Terminología, fuentes e historiografía del canto llano en la catedral de Toledo (ss. XII-XV)*

17:00 Juan Carlos Asensio Palacios (Escola Superior de Música de Catalunya): *¿Perotin y Felipe el Canciller en la catedral de Toledo? Los tropos a los organa Viderunt & Sederunt*

17:30 Descanso

17:45 Isidoro Castañeda Tordera (Archivo Capitular de Toledo): *El primer ceremonial de la iglesia de Toledo: proyecto textual y actores rituales en el preludio de la modernidad.*

18:15: Debate

COMUNICACIONES

JUEVES 22 de octubre

Tercera Sesión: Arte y Arquitectura del templo gótico I

9:30 Eduardo Carrero Santamaría (Univesitat Autònoma de Barcelona): *Sendas historiográficas de la catedral de Toledo. La gran fábrica gótica*

10:00 Tom Nickson (Courtauld Institut of Arts, London): *La planta original de la catedral de Toledo, revisitada*

10:30 Nicolás Menéndez González (Universität zu Köln): *Herencia arquitectónica renovada: la catedral de Toledo en época Trastámara*

11:00 Pausa-café

11:30 Amalia Yuste Galán y Jean Passini (CNRS): *Una fachada escondida: la portada occidental de la catedral de Toledo*

12:00 Debate

COMUNICACIONES

Cuarta Sesión: Arte y Arquitectura del templo gótico II

16:00 Jaime Moraleda Moraleda (Universidad de Castilla-La Mancha): *Códices iluminados para la catedral de Toledo (siglos XII-XV): revisión retrospectiva y estado de la cuestión*

16:30 Rocío Sánchez Ameijeiras (Universidad de Santiago de Compostela): *La Biblia de San Luis sobre un entramado expandido: Reyes, santos, reliquias y manuscritos iluminados en la catedral de Toledo del siglo XIII*

17:00 Licia Buttà (Universitat Rovira i Virgili): *El espectáculo de la muerte: la capilla de san Blas más allá del italianismo*

17:30 Descanso

17:45 Sonia Morales Cano (Universidad de Castilla-La Mancha): *Arquitectas de la memoria: reinas y nobles en la configuración visual de la catedral de Toledo.*

18:15 Debate

COMUNICACIONES

VIERNES, 23 de octubre

9:30-11:30 Mesa redonda: Gestión patrimonial de la catedral en el siglo XXI

Juan Miguel Ferrer Grenesche
(Cabildo Primado. Responsable de Patrimonio)

Javier Peces Pérez
(A Tempora. Arqueología)

Alfredo Rodríguez González
(Archivo y Biblioteca Capitulares)

Samuel Rodríguez Martín
(A Tempora. Arqueología)

Pedro Pignatelli Fernández de Arévalo
(Arquitecto conservador)

11:30 Pausa-café

COMUNICACIONES

12:30-13:15 Ponencia de clausura

María Dolores Teijeira Pablos (Universidad de León): *Memoria canonical en la catedral primada. Presencia funeraria de los capitulares medievales entre arzobispos, reyes y nobles.*

13:15 Clausura

Más información:

<https://eventos.uclm.es/go/congresocentenariocatedral>

La ***Sociedad Española de Estudios Medievales*** colabora en esta actividad con la prestación de una bolsa de ayudas destinada a los socios de la SEEM menores de 30 años, con un presupuesto general de 300 euros, que serán repartidos entre los solicitantes (siempre por riguroso orden de petición, y con la condición de que si son residentes en la provincia de Toledo la ayuda será de 50 euros y si lo son de otras comunidades autónomas españolas o de otros países, de 150 euros, hasta agotar el presupuesto acordado). Habrá que dirigir la solicitud a: info@medievalistas.es

Se recuerda que está destinado a cubrir estancia y desplazamiento, y que habrá prioridad entre los asociados que no hayan disfrutado durante el año en curso ningún tipo de ayuda económica de la SEEM.



Sociedad
Española de
Estudios
Medievales

**CONGRESO:
MUJERES RELIGIOSAS EN LA
EDAD MEDIA: EXPRESIONES
MATERIALES Y ESPIRITUALES
XXXIX ASAMBLEA GENERAL DE
LA SOCIEDAD ESPAÑOLA DE
ESTUDIOS MEDIEVALES**

**UNIVERSIDAD DE NAVARRA-UNIVERSIDAD
PÚBLICA DE NAVARRA**

PAMPLONA

29-30 DE OCTUBRE DE 2026

El congreso analiza la espiritualidad femenina en el Occidente medieval dentro de los avances historiográficos sobre los estudios de la mujer. Se centra en las formas de vida religiosa de grupos femeninos, sus experiencias comunitarias e individuales, y su impacto social e institucional, destacando cómo generaron nuevas formas de agencia femenina y reconfiguraron los vínculos sociales, integradas por la Iglesia no sin tensiones.

Estas dinámicas propiciaron espacios como monasterios y conventos, así como una espiritualidad acorde a los cambios medievales, aumentando la visibilidad de las mujeres en distintos ámbitos. El encuentro también aborda su huella en el patrimonio escrito, artístico y material, y está respaldado por los proyectos financiados *Las memorias del Temple y del Hospital en la Corona de Aragón y Navarra (siglos XII-XV). Construcciones, funciones e imágenes* (PID2023-152674NB-I00), codirigido por Julia Pavón Benito y María Bonet Donato, y *Las mujeres en las órdenes militares y hospitalarias en la Corona de Aragón (siglos XII-XVI)* (PID 2022-136266NB-100), dirigido por María Soler y Núria Jornet; apoyados en casi dos décadas de investigación previa sobre espiritualidad femenina peninsular.

Jueves 29 de octubre.

Aula ICS. Biblioteca. Edificio Ismael Sánchez Bella

09:30 h. Inauguración

Juan Francisco Jiménez Alcázar.
Presidente de la SEEM

Julia Pavón Benito (Universidad de Navarra) y
María Soler (Universidad de Barcelona)

10:00 h. Presidencia de Mesa:
María Bonet Donato (Universitat Rovira i Virgili)

Apertura

Oteando el paisaje de la espiritualidad femenina en la Edad Media
Blanca Garí (Universidad de Barcelona)

10:30 h. I. (Re)-Construir la memoria religiosa: fuentes y relatos

10:30 h. *How far did medieval military and hospitaller religious orders value women's contribution?*

Helen Nicholson, Emerita Professor (Cardiff University -Wales, UK-)

10:50 h. *Entre el claustro y la cotidianeidad: las mujeres y la Orden Militar de Calatrava (siglos XIII-XVI). Una propuesta metodológica*

Raquel Torres Jiménez (Universidad de Castilla-La Mancha)

11:20 h. Debate

11:40 h. Café

12:10 h. II Movimientos y singularidades de la espiritualidad femenina

Presidencia de Mesa: Ángeles García de la Borbolla (Universidad de Navarra)

12:10 h. *Mujer y espiritualidad: nuevas, innovadoras y rupturistas respuestas (ss. XIII-XV)*

Gregoria Cavero Domínguez (Universidad de León)

12:30 h. *Espiritualidad femenina y política en la Baja Edad Media*
María del Mar Graña Cid (Universidad Pontificia de Comillas)

12:50 h. *Donadas en la comunidad de Sigena: realidades y experiencias femeninas en el claustro*

Núria Jornet-Benito (Universidad de Barcelona)

13:20 h. Debate

14:00 h. Almuerzo. Se servirá un lunch para los ponentes y la organización en el ICS

15:30 h. III. Manifestaciones y memorias de las interacciones sociales en torno a la vida religiosa femenina

Presidencia de mesa: Javier Ilundáin Chamarro
(UNED-Pamplona)

15:50 h. *Mujeres y la Orden de San Juan en la Corona de Castilla (siglos XII-XV)*

Carlos Barquero Goñi y Carlos López (UNED-Madrid)

16:10 h. *Interações sociais em torno da vida religiosa feminina radicada na espiritualidade agostiniana: opções endógenas e exógenas às ordens militares*

Paula Pinto Costa y Joana Lencart
(Universidade de Oporto)

16:30 h. *Manifestaciones de los vínculos femeninos con el Temple en la Corona de Aragón y Navarra*

Julia Pavón (Universidad de Navarra) y María Bonet
(Universidad Rovira i Virgili)

16:50 h. Debate

17:20 h. Descanso

18:00 h. En el centenario de Ángel J. Martín Duque. Mesa redonda:

Modera: Eloísa Ramírez Vaquero (Universidad Pública de Navarra)

10:40 h. *Ritualidad y materialidad en la Vida de Flor d'Issendolus (†1347), religiosa del Hôpital Beaulieu*
Sergi Sancho Fibla (Université Clermont-Auvergne)

11:00 h. *Imágenes de la Virgen con el Niño en los coros de las iglesias conventuales y monásticas femeninas catalanas en los siglos XIV y XV: algunas referencias a su veneración y vestimenta*
Marta Crispí (Universitat Internacional de Catalunya)

11:20 h. Debate

12:00 h. Clausura

Presidencia de mesa: Iñigo Mugueta Moreno (Universidad Pública de Navarra)

La realeza femenina castellana ante el espejo de sus empresas monástico-conventuales: hacia una definición de modelos en el contexto de los reinos ibéricos

Ángela Muñoz (Universidad de Castilla-La Mancha)

12:30 h. Breve descanso

12:40 h. Asamblea de la SEEM

14:30 h. Fin del Congreso

Contacto: icsevents@unav.es

Más información:

<https://www.unav.edu/eventos/-/events/29/10/2026/congreso-de-la-sociedad-espanola-de-estudios-medievales/3Wa2EsLZWhfZ/0/196967832>

La ***Sociedad Española de Estudios Medievales*** colabora en esta actividad con la prestación de una bolsa de ayudas destinada a los socios de la SEEM menores de 30 años, con un presupuesto general de 600 euros, que serán repartidos entre los solicitantes (siempre por riguroso orden de petición, y con la condición de que si son residentes en la provincia de Navarra la ayuda será de 50 euros y si lo son de otras comunidades autónomas españolas o de otros países, de 150 euros, hasta agotar el presupuesto acordado). Habrá que dirigir la solicitud a: info@medievalistas.es



**XXIII ENCUENTROS
INTERNACIONALES DEL MEDIEVO.
LA IGLESIA SOCIAL EN LA
CIUDAD MEDIEVAL: LAICOS,
CLÉRIGOS Y COMUNIDAD
26-27 DE NOVIEMBRE DE 2026
NÁJERA (LA RIOJA)**

DIRECTORES

Jesús Ángel Solórzano Telechea. Universidad de Cantabria
Juan Francisco Jiménez Alcázar. Universidad de Murcia
Miloš Živković. Belgrade Institute for Literature and Arts

COMITÉ ORGANIZADOR

Fernando Martín Pérez. Dr. Universidad de Cantabria

Idoia Areizaga Llorente. Universidad de Cantabria

Iñaki Bazán Díaz, Universidad de País Vasco / Euskal
Herriko Unibertsitatea

Ángel Martínez Abascal. Universidad de Cantabria

Los **Encuentros Internacionales del Medioevo de Nájera** se vienen planteando como un congreso internacional en el ámbito de estudio y difusión de la Historia Medieval desde su creación en 2003, impulsado desde el Ayuntamiento de Nájera y el Gobierno de La Rioja.

La XXIII edición de los Encuentros está dedicada al tema:

LA IGLESIA SOCIAL EN LA CIUDAD MEDIEVAL: LAICOS, CLÉRIGOS Y COMUNIDAD

La Iglesia Social es un nuevo concepto historiográfico que redefine la Iglesia medieval como una institución social total, es decir, como el entramado de prácticas, normas y relaciones que estructuraban la vida cotidiana de las ciudades europeas. Los avances en sociología histórica, microhistoria y análisis de redes han permitido comprender que su papel excedía con mucho la doctrina, la liturgia o la pastoral, sino que también regulaba comportamientos, organizaba la convivencia, administraba recursos, gestionaba la economía local, construía memoria histórica y producía verdad pública mediante rituales, certificaciones y mecanismos de control moral.

Este enfoque subraya la dimensión relacional de la Iglesia, concebida como una red densa de vínculos entre clérigos y laicos, patronos y comunidades, familias y agentes eclesiásticos, etc. En la práctica, obispos, párrocos y abades dependían estructuralmente de la participación laica para sostener el funcionamiento cotidiano de parroquias, iglesias y monasterios. La Iglesia carecía de los recursos humanos y materiales necesarios para gestionar por sí sola su patrimonio y sus espacios de culto, por lo que delegó en los laicos la administración económica, la supervisión de obras, la recaudación de rentas y la gestión de bienes. Esta colaboración se extendía también al ámbito judicial y disciplinario, donde testigos, personas de confianza y mediadores resultaban esenciales para aplicar normas morales, resolver conflictos y legitimar decisiones ante la comunidad.

La organización ritual y festiva de la vida urbana y rural descansaba igualmente en manos laicas: cofradías, mayordomías y grupos vecinales financiaban altares, procesiones, fiestas patronales y obras de mantenimiento, determinando ritmos y prioridades de la religiosidad local. La Iglesia funcionaba así como una red comunitaria en la que clérigos y laicos compartían responsabilidades, negociaban normas y articulaban formas de sociabilidad religiosa que estructuraban la vida colectiva.

El concepto de Iglesia Social permite además analizar cómo la institución contribuía a reproducir desigualdades de estatus, género o acceso al poder, al tiem-

po que generaba legitimidad mediante la selección de voces autorizadas y la construcción de jerarquías locales. La autoridad eclesiástica se sostenía en la reputación, la fe y la regulación moral, configurando espacios de inclusión y exclusión dentro de las comunidades urbanas.

Frente a enfoques centrados exclusivamente en la jerarquía, la política eclesiástica o la pastoral, la Iglesia Social integra estos ámbitos desde la vida cotidiana y la interacción comunitaria, ofreciendo un marco especialmente fértil para la microhistoria, la prosopografía, el análisis de redes y los estudios sobre circulación de información e identidades locales. Este CFP invita a explorar la Iglesia medieval como un sistema social complejo, relacional y dinámico, abierto a nuevas metodologías y a perspectivas comparativas que permitan comprender mejor su papel en la configuración de las sociedades urbanas medievales.

Ejes temáticos del CFP:

1. Participación laica en la administración eclesiástica

La intervención de los laicos en la gestión económica y material de las diócesis, parroquias y cofradías, la organización del culto, la administración de limosnas y caridad, y la dirección de hospitales y obras asistenciales.

2. Desigualdad y jerarquías en la Iglesia medieval

Acceso a la clerecía, dinámicas de estatus en la iglesia, movilidad social y procesos de exclusión dentro de las estructuras eclesiolásticas y sus entornos urbanos.

3. La Iglesia más allá del púlpito: funciones sociales y redes comunitarias

La Iglesia como ascensor social y agente de cohesión social, su papel en la organización comunitaria, la mediación de conflictos, la articulación de redes entre clérigos y laicos y la participación en procesos judiciales y disciplinarios.

4. Redes sociales, vínculos comunitarios y circulación de información

Interacciones entre clérigos, laicos, familias, cofradías y élites locales; redes de sociabilidad religiosa; mecanismos de transmisión de noticias, rumores, certificaciones y memoria histórica.

5. Justicia, disciplina y control moral

El papel de la Iglesia en la regulación de comportamientos, la resolución de conflictos y la producción de verdad pública; testigos, garantes y mediadores laicos; reputación, confianza y legitimidad.

6. Economía eclesiolástica y asistencia social

Rentas, fiscalidad, caridad, asistencia y formas de redistribución gestionadas por instituciones eclesiolásticas.

7. La Iglesia como fuente de trabajo en la ciudad medieval

La Iglesia como generadora de empleo urbano y motor económico para artesanos, escribanos, constructores y trabajadores vinculados a instituciones religiosas.

8. Vida cotidiana, ritualidad y sociabilidad cristiana

Prácticas devocionales, rituales, memoria comunitaria e identidades locales articuladas en torno a instituciones y espacios eclesiásticos.

9. Educación, alfabetización y producción de conocimiento

Escuelas parroquiales y monásticas, formación de clérigos y laicos, circulación de saberes, escritura documental y construcción de memoria institucional.

10. Género, agencia femenina y participación en la Iglesia social

El papel de las mujeres como administradoras, donantes, patronas, gestoras de hospitales, mediadoras y testigos en pleitos, agentes de cohesión en las dinámicas eclesiales y comunitarias.

PROPUESTAS DE COMUNICACIONES

El plazo de entrega de las propuestas de comunicaciones libres finalizará el día **15 de septiembre de 2026**.

Los participantes deberán enviar la propuesta de comunicación con la siguiente información: nombre y apellidos, correo electrónico, eje temático, resumen de la comunicación de máximo 250 palabras, que deberá incluir objetivos, fuentes, metodología y aportación, así como un breve CV (250 palabras), Dirección de envío: neim@unican.es

La Dirección de los Encuentros Internacionales del Medioevo de Nájera se adhiere a la Iniciativa Helsinki (2019) sobre multilingüismo en Comunicación Científica. Las lenguas científicas de los encuentros son el español, francés, alemán, portugués, italiano e inglés.

Los Encuentros se realizarán en modalidad presencial.

Importante: la modalidad de comunicación virtual estará reservada solo a aquellos comunicantes que residan fuera de la Unión Europea y carezcan de medios para asistir presencialmente.

Cada comunicante dispondrá de 20 minutos para realizar su presentación y, obligatoriamente, el Power Point deberá estar escrito en inglés.

Los criterios para la selección de las propuestas serán por la calidad, la originalidad y aquellas que se presenten en persona. Las comunicaciones, que sean aprobadas por los revisores externos, se publicarán en un libro monográfico.

PREMIO

Se otorgará el “Premio Internacional de Historia Urbana Medieval” a la mejor comunicación.

BECAS PROF. TEÓFILO F. RUIZ (UCLA) Y BECAS SOCIEDAD ESPAÑOLA DE ESTUDIOS MEDIEVALES (SEEM)

Los comunicantes y asistentes presencialmente podrán solicitar las:

v Becas Prof. Teófilo F. Ruiz (UCLA) para comunicantes. Fecha límite de solicitud: **30 de septiembre de 2026**, neim@unican.es

v Becas SEEM para asistentes. Fecha límite de solicitud: **30 de octubre de 2026**

INSCRIPCIÓN Y ASISTENCIA

La inscripción para los asistentes (excepto los comunicantes) deberá realizarse antes del día 24 de noviembre, enviando el nombre y apellidos, dirección y correo electrónico a: neim@unican.es.

La asistencia presencial dará derecho a la obtención de un diploma asistencia, que podrá ser convalidable por 1 crédito ECTS (25 horas) según la normativa de cada universidad.

La asistencia virtual está reservada para los asistentes de fuera de la Unión Europea que carezcan de medios para asistir presencialmente.

SECRETARÍA DE LOS ENCUENTROS

Universidad de Cantabria. Dpt. Ciencias Históricas.
Despacho 160. Av. de los Castros s/n. 39005.

Santander. Cantabria. Spain. e-mail: neim@unican.es

REDES SOCIALES

+ info: <http://www.neim.unican.es>

Facebook: @najeramedieval

Twitter: @NajeraNeim

Instagram; @najeraencuentros

La *Sociedad Española de Estudios Medievales* colabora en esta actividad con la prestación de una bolsa de ayudas destinada a los socios de la SEEM menores de 30 años, con un presupuesto general de 300 euros, que serán repartidos entre los solicitantes (siempre por riguroso orden de petición, y con la condición de que si son residentes en la provincia de Logroño la ayuda será de 50 euros y si lo son de otras comunidades autónomas españolas o de otros países, de 150 euros, hasta agotar el presupuesto acordado). Habrá que dirigir la solicitud a: info@medievalistas.es

PRÓXIMOS EVENTOS



X CURSO DE ARQUEOLOGÍA MEDIEVAL DE SEFARAD

6-8 DE JULIO DE 2026

MUSEO ARQUEOLÓGICO DE LORCA,
MURCIA

Duración: 25 horas

Alumnos: 60

Créditos CRAU: 1.0

Precios

Precio público: 85 €

Precio público miembros UMU y UPCT: 65 €

Objetivos

El X Curso de Arqueología Medieval de Sefarad tiene el objetivo de ofrecer una formación especializada teórica y práctica sobre la cultura material de la minoría judía que vivió en la península Ibérica durante la Edad Media (siglos V-XV). El curso se desarrollará en varias sesiones teóricas y distintos talleres prácticos que darán a los asistentes una visión global actualizada de los aspectos más relevantes de la realidad material de los judíos peninsulares.

El objetivo del curso es proveer al estudiante de herramientas que le permitan identificar y analizar aquellos aspectos de la cultura material medieval que pueden ser considerados rasgos diferenciadores de las comunidades judías en los contextos islámico y cristiano de la península Ibérica durante el período medieval. Para ello, se combinarán una serie de conferencias impartidas por algunos de los mejores especialistas en Arqueología de la minoría judía en la Edad Media con varios talleres prácticos. Las sesiones se centrarán en la caracterización de los espacios, el análisis de las prácticas cotidianas o la puesta en valor del patrimonio judío medieval. El excepcional hallazgo arqueológico de la judería bajomedieval del castillo de Lorca y su sinagoga del siglo XV serán el escenario idóneo para el desarrollo de los contenidos prácticos, que comprenderán el trabajo con materiales arqueológicos originales (huesos, cerámicas) y el análisis de edificios y contextos arqueológicos in situ.

El curso no sólo está concebido como un ámbito de formación teórica y práctica en arqueología, sino que también aspira a convertirse en un espacio de diálogo cultural en torno a los problemas comunes de la identificación e interpretación de los contextos arqueológicos judíos en sociedades históricas mayoritariamente cristianas o islámicas. Por otro lado, tiene el objetivo de llegar a configurar un escenario de debate sobre los problemas derivados de la puesta en valor del patrimonio cultural medieval de las minorías judías, que han salido a la luz recientemente con las polémicas derivadas de la exhumación de restos humanos en contextos arqueológicos funerarios.

PROGRAMA

Lunes, 6

09:30 h. Acto de inauguración. Presentación.

Jorge A. Eiroa Rodríguez

Universidad de Murcia.

Andrés Martínez Rodríguez

Museo Arqueológico de Lorca.

10:00 h. Conferencia: *“Los judíos en Castilla durante la Edad Media”*

Francisco Veas Arteseros

Universidad de Murcia.

12:00 h. Conferencia: *“La mujer judía en el Medievo ibérico”*

María Martínez Martínez

Universidad de Murcia.

16:00 h. Taller: *“Arqueobiología: más allá del registro visible”*

Mireia Celma Martínez

Universidad de Murcia.

Martes, 7

10:00 h. Taller: *“Las casas de la judería del castillo de Lorca”*

José Ángel González Ballesteros

Grupo ARHIS.

16:00 h. Conferencia: *“Judíos acusados de asesinar niños cristianos en la Baja Edad Media”*

Carlos Espí Forcen

Universidad de Murcia.

18:00 h. Conferencia: *“Arqueología de la judería medieval de Atienza”*

Luca Mattei

Universidad de Granada.

Miércoles, 8

10:00 h. Conferencia: *“La sinagoga de Utrera. El registro arqueológico bajomedieval sefardí”*

Miguel Ángel de Dios Pérez

Arqueólogo profesional.

12:00 h. Conferencia: *“El ladino, una lengua ke no deve morir”*

Juana Castaño Ruiz

Universidad de Murcia.

16:00 h. Taller: *“Cultura material judía en el MUAL”*

Andrés Martínez Rodríguez

Museo Arqueológico de Lorca.

18:00 h. Conferencia: *“La actualidad arqueológica en Águilas. Aspectos religiosos”*

Juan de Dios Hernández García

Ayuntamiento de Águilas.

20:00 h. Clausura.

Andrés Martínez Rodríguez

Museo Arqueológico de Lorca.

Jorge A. Eiroa Rodríguez

Universidad de Murcia.

CONTEXTUALISING MEDIEVAL RACE

HOW WAS RACE CONSTRUCTED, MODIFIED AND CHALLENGED IN PREMODERN TIMES?

CALL FOR PAPERS
IMC LEEDS, 6-9 JULY 2026

Organisers: Ana Roda Sánchez (Queen Mary University)
and Georgie Anderson (University of Kent)

These sessions aim to explore race-making and racialised discourses and practices across medieval Europe. We seek to examine how race was constructed, modified and challenged in different contexts and sources, including written documents, visual representations and material culture, to better understand the multiple ways by which race came into play in premodern times and made its way into modernity. Possible paper topics may include, but are not limited to:

- Intersectionality between race, culture and religion.
- Visual representations of racialised differences.
- Political uses of race and race-making by medieval authorities and institutions.
- Links between racial and gendered discrimination.
- Premodern race and racialisation as reflected in material culture.
- Methodological challenges in the study of premodern race today.

Interested applicants are encouraged to submit an abstract of 200 words with a provisional title, 3-5 keywords and a short bio (name, institutional affiliation, main research interests). Please send these to Ana Roda Sánchez (a.rodasanchez@qmul.ac.uk) and Georgie Anderson

(ga301@kent.ac.uk) by **September 7th, 2025.**

Likewise, please do not hesitate to get in touch with us if you have any questions. We look forward to your proposals!

Lunes, 20 de julio

17:00 – 19:00 h. *“Viajes y viajeros en la Edad Media”*

Roser Salicrú i Lluch

Investigadora Científica. CSIC.

19:00 – 21:00 h. *“De la ceca a la Meca: viajeros mudéjares por el mundo”*

Ana Echevarría Arsuaga

Catedrática de Historia Medieval. UNED.

Martes, 21 de julio

10:00 – 12:00 h. *“Harald Hardrada. Historia de una ida y una vuelta”*

José Manuel Rodríguez García

Profesor de Historia Medieval. UNED.

12:00 – 14:00 h. *“Los viajes de Ibn Battuta durante el siglo XIV”*

Carlos Barquero Goñi

Profesor Contratado Doctor de Historia Medieval.
UNED.

17:00 – 19:00 h. *“Maestros itinerantes en el románico: evidencias y mitos”*

Carlos Sánchez Márquez

Profesor Lector. Universitat Autònoma de Barcelona.

19:00 – 21:00 h. *“Lugares de encuentro. Viajeros judíos en el Mediterráneo medieval”*

Marina Girona Berenguer

Investigadora Postdoctoral. UNED.

Miércoles, 22 de julio

09:00 – 11:00 h. *“Gobernar viajando. Reyes, reinas, nobles y maestres: la itinerancia del poder”*

Gonzalo Carrasco García

Investigador. UNED.

11:00 – 13:00 h. *“Cruzada y cautiverio. El relato de Johannes Schiltberger”*

Pedro Martínez García

Profesor Titular. Universidad Rey Juan Carlos.

LII SEMANA INTERNACIONAL DE ESTUDIOS MEDIEVALES GOBERNAR EN LA EDAD MEDIA: TEORÍAS, PRÁCTICAS, PERCEPCIONES

21-24 DE JULIO DE 2026
ESTELLA (NAVARRA)

PROGRAMA

Martes 21 de julio

- 11:00 Apertura oficial
Presidenta: Ana Rodríguez. CSIC-Madrid
- 12:00 Mario Lafuente Gómez. Universidad de Zaragoza
Gobernar en la Edad Media. Teorías, prácticas, percepciones
- LA PALABRA Y LA ESCRITURA COMO PRÁCTICAS DE GOBIERNO**
Presidenta: Leticia Agúndez San Miguel. Universidad de Cantabria
- 16:30 Maribel Fierro. CSIC-Madrid
Gobernar en al-Andalus: la función de los ulemas

17:30 Raúl Estangüi. CSIC-Madrid

Gobernar con la palabra (escrita): la escritura del poder en el Imperio bizantino (siglos XIV-XV)

18:30 Debate

Miércoles 22 de julio

EL GOBIERNO DE LA CIUDAD: MODELOS Y PERCEPCIONES

Presidente: Rafael Narbona Vizcaíno. Universitat de València

9:30 Florent Garnier. Université Toulouse 1 Capitole
Gouverner la ville par le droit : l'exemple des consilia sapientis dans la région de Toulouse (fin XIIIe-début XIVe s.).

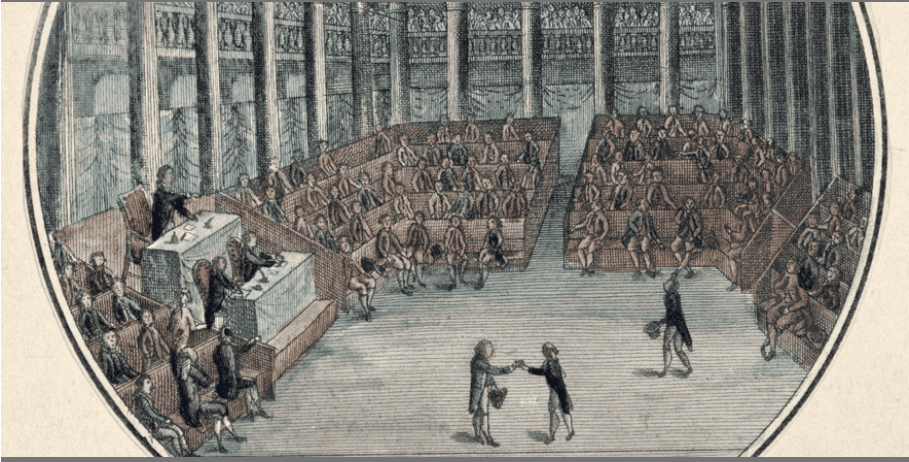
10:30 Hipólito Rafael Oliva Herrer. Universidad de Sevilla
Ciudadanos y rebeldes: percepciones del poder en los municipios castellanos a fines de la Edad Media.

11:30 Pausa

12:00 Alma Poloni. Università degli Studi di Pisa
Governare una società complessa: il sistema politico fiorentino nella seconda metà del Trecento

13:00 Debate

Presidente: Pascual Martínez Sopena. Universidad de Valladolid



**78º CONGRESO
DE LA COMISIÓN
INTERNACIONAL PARA EL
ESTUDIO DE LA HISTORIA
DE LAS INSTITUCIONES
REPRESENTATIVAS Y
PARLAMENTARIAS (ICHRPI)
BARCELONA**

1 AL 4 DE SEPTIEMBRE DE 2026

El congreso se organizará en el marco de la Universidad Pompeu Fabra y gracias a la colaboración del Parlamento de Cataluña, el Departamento de Humanidades de la UPF, el Observatorio Europeo de Memorias (EUROM), el Instituto de Historia Jaume Vicens Vives (IUHJV) y la Sociedad Catalana de Estudios Históricos del Instituto de Estudios Catalanes (SCEH/IEC).

En este sentido, se invita a todos los investigadores e investigadoras del área a presentar sus propuestas de comunicación. Las lenguas del congreso serán: catalán, castellano, inglés, francés y alemán.

Ejes de discusión:

- 1) Las instituciones parlamentarias y representativas desde las **asambleas de paz y tregua hasta las cortes en el marco de la Corona de Aragón.**
- 2) Las instituciones parlamentarias y representativas **desde la Edad Media hasta el día de hoy.** Ciudades, Estados, Naciones, Imperios, Colonias y organizaciones supranacionales.
- 3) Las instituciones parlamentarias y representativas **en contextos extraordinarios. Crisis, guerras, exilios, revueltas y revoluciones.**
- 4) **Las actrices y actores de la vida parlamentaria y de las asambleas representativas:** biografía, prosopografía, sociología, partidos políticos, agrupaciones y confluencias.

5) **Procedimientos, trabajo parlamentario y funcionamiento de la asamblea. Proyección exterior, transparencia y corrupción** en el marco de las instituciones parlamentarias y representativas.

6) Las Instituciones parlamentarias y representativas **frente a los otros poderes** (ejecutivo, judicial, económico, religioso y mediático).

7) Instituciones parlamentarias y representativas. **Políticas de Memoria, relatos contemporáneos en combate y (des)memorias.**

8) Parlamentarismo y antiparlamentarismo. **Discursos parlamentarios y relatos de odio**

Presentación de las comunicaciones y plazos:

Las propuestas no tienen que superar las 200 palabras en cualquiera de las lenguas oficiales del congreso, y deben enviarse **antes del 30 de abril de 2026** a la dirección: **conference.ichrpi2026@upf.edu**

La aceptación de las comunicaciones se notificará **antes del 31 de mayo de 2026.**

El programa del congreso se publicará el **7 de junio de 2026.**

Precios de la Inscripción:

- 100 euros: para miembros de la ICHRPI, la UPF y estudiantes de grado y posgrado
- 150 euros: para el resto de participantes
- 80 euros: para acompañantes

Se anima a todos los participantes a hacerse miembros de la ICHRPI para beneficiarse de una mejor tarifa y recibir la revista *Parliaments, Estates and Representation* durante un año:

<https://ichrpi.info/membership/>

También se anima a los participantes a examinar el programa de becas de viaje Helen Maud por si pueden acogerse:

<https://ichrpi.info/helen-maud-cam-travel-grants-for-scholars/>

8º CONGRESO ESPAÑOL DE METROLOGÍA SESIÓN «METROLOGÍA HISTÓRICA»



**30 DE SEPTIEMBRE - 2 DE OCTUBRE DE 2026
PALACIO DE CONGRESOS «LA LLOTJA» LLEIDA**

Entre las sesiones de dicho congreso encontrarán una bajo el título de «Metrología Histórica». En dicha sesión, de manera abierta y transversal, se aceptarán ponencias que tengan como tema de reflexión cualquier aspecto sobre pesos y medidas de las sociedades del pasado, sin restricciones cronológicas ni espaciales.

Cualquier duda o información adicional sobre el evento, y en particular sobre la sesión de «Metrología Histórica», pueden hacerla llegar al correo del coordinador de dicha sesión: **ruben.castro@usc.gal**

II ENCUENTRO DE JÓVENES INVESTIGADORES EN HUMANIDADES Y EDUCACIÓN: PROPUESTAS, METODOLOGÍAS Y EXPERIENCIAS

15-16 DE OCTUBRE DE 2026
FACULTADES DE HUMANIDADES Y
EDUCACIÓN
CAMPUS DE ALBACETE
UNIVERSIDAD DE CASTILLA-LA
MANCHA

Inscripción:

<https://forms.office.com/pages/responsepage.aspx?id=5rosxPRhjEmRB2qM9fAeVqooT-wQ0NZLikg6M34P92NUMUYySExVN0ZTWUVDWTNaN1FUMjVZUFpNQy4u&route=shorturl>

Las facultades de Humanidades y Educación de Albacete (UCLM) acogerán el II Encuentro de Jóvenes Investigadores en Humanidades y Educación

Este encuentro científico interdisciplinar reunirá en Albacete a jóvenes investigadores en formación (TFM o tesis en curso) o recién doctorados los días 15 y 16 de octubre de 2026. Tras el éxito de la primera edición celebrada en 2023 con más de 40 participantes de diversas universidades españolas, se retoma esta iniciativa que persigue crear un espacio de intercambio académico en el que se compartirán resultados y experiencias, se propondrán nuevas perspectivas y sugerencias y se establecerá un diálogo provechoso y constructivo entre investigadores para el desarrollo de sus distintas líneas de trabajo en sus diferentes disciplinas de estudio dentro del ámbito de las Humanidades y la Educación.

El formato se basa en la presentación en mesas redondas y temáticas con objeto de fomentar un debate común. Previamente, los participantes habrán recibido un dossier con las propuestas del resto para favorecer la intervención activa en la discusión. Con ello se pretende garantizar el debate y el coloquio, que tantas veces queda difuminado en otro tipo de congresos, pero que resulta fundamental y enriquecedor en el planteamiento y el desarrollo de investigaciones, problemáticas y metodologías.

Para cualquier duda o consulta, puedes contactar con la secretaria del encuentro: maria.navio@uclm.es y alvaro.slopezvinuesa@uclm.es

LLAMAMIENTOS PARA PRESENTACIÓN DE ORIGINALES



PROPUESTAS DE ORIGINALES REVISTA ANALES DE LA UNIVERSIDAD DE ALICANTE. HISTORIA MEDIEVAL NÚMERO 28 (2027)

Monográfico: *Redes clientelares, movilidad social y promoción eclesiástica en los cabildos catedralicios hispánicos durante la baja Edad Media*

Coordina: *Jorge Díaz Ibáñez*

Envíos hasta el 31 de julio de 2026 (sección Monográfico, Miscelánea y Reseñas)

Los manuscritos se enviarán a la sección **Dossier monográfico**, siguiendo las directrices para autores (<https://revistes.ua.es/medieval/directrices-autores>)

Los artículos serán sometidos al arbitraje por pares académicos. La decisión editorial se le comunicará al autor/a a través de correo electrónico en el plazo máximo de dos meses.

Más información: <https://revistes.ua.es/medieval/announcement/view/560>

Contacto: revista.analeshistoriamedieval@gmail.com

LLAMAMIENTO PARA PROPUESTAS DE ORIGINALES ASTARTÉ. ESTUDIOS DEL PRÓXIMO ORIENTE Y EL MEDITERRÁNEO

**PLAZO MÁXIMO PARA LA PRESENTACIÓN:
15 DE OCTUBRE DE 2026**

El dossier correspondiente al número 9 de Astarté. Estudios del Oriente Próximo y el Mediterráneo que verá la luz este 2026, estará

dedicado al análisis de los procesos de representación del otro, a la construcción de la marginalidad, entendida esta como todo lo que escapa al discurso desde el poder, desde la ortodoxia. Los ejes temáticos que proponemos son:

- a. Alteridad y etnicidad: la representación del «bárbaro» y el extranjero en la literatura y la iconografía.
- b. Cuerpos disidentes: la percepción de las enfermedades físicas y mentales.
- c. El pobre y los entornos precarizados: modos de supervivencia y redes asistenciales en los centros urbanos mediterráneos de la Antigüedad al Medioevo.

d. Género y disidencias: construcciones de las diferencias sexuales, de lo masculino y lo femenino, y de las disidencias sexuales que escapan del marco de lo normativo según lo determinan las diversas tradiciones.

e. Espacios de reclusión: la marginalidad trasladada al espacio (juderías, morerías...), la arquitectura de la represión, el diseño de los hospitales, cárceles, manicomios o lazaretos.

LLAMAMIENTO PARA PRESENTACIÓN DE ORIGINALES REVISTA EN LA ESPAÑA MEDIEVAL

Sección miscelánea número 50 (2027) y sección monográfica número 51 (2028)

Fecha límite: 30 de septiembre de 2026.

En la España Medieval

(<https://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/index>), fundada por el profesor D. Miguel Ángel Ladero Quesada en el año 1980, es una revista científica de periodicidad anual, dedicada a la Historia Medieval en todos sus campos y dimensiones, con especial atención hacia los reinos hispánicos, al-Ándalus y aquellos ámbitos de proyección hispánica, publicada *online* en acceso abierto y en papel por Ediciones Complutense, en colaboración con la Unidad Docente de Historia Medieval de la Universidad Complutense de Madrid.

La revista se encuentra incorporada en el **cuartil Q1 (SJR, año 2025)**. Además, la publicación se encuentra **indexada en las principales bases de datos y directorios**: Scopus, Dialnet, Emerging Sources Citation Index (ESCI), Index Islamicus, International Medieval Bibliography, ISOC-CSIC, Periodicals Index Online, REDIB. Red Iberoamerica de Innovación y Conocimiento Científico, Repertorio

de Medievalismo Hispánico, Regesta Imperii y Ulrich's Periodicals Directory, y en las plataformas de evaluación ANEP-FECYT, CARHUS PLUS, CIRC, DICE, ERIH PLUS, LATINDEX, MIAR y RESH (<https://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/indexing>). En estos momentos, la revista disfruta igualmente del **Sello de Calidad FECYT** (FECYT-345/2025), certificación de referencia de la calidad editorial y científica de las revistas científicas españolas, y de la **Mención de Buenas Prácticas Editoriales en Igualdad de Género**.

Actualmente se encuentra abierta la recepción de originales para la sección miscelánea del volumen 50 (2027). Asimismo, se abre el plazo de presentación de propuestas para la sección monográfica del volumen 51 (2028), a publicarse en junio del año 2028. Las propuestas para la sección monográfica, integradas por un número máximo de 10 artículos, deberán venir acompañadas de una presentación y justificación (máximo 1.500 palabras); la relación de artículos, con referencia a sus autores, categoría profesional, centro de adscripción y resumen (entre 80 y 150 palabras); y un breve CV del coordinador/es (máximo dos). En la valoración de las propuestas para la sección monográfica, se tendrán en cuenta los siguientes aspectos: a) Relevancia y originalidad de la propuesta desde el punto de vista temático y metodológico (3 puntos). b) Coherencia y congruencia temática de los trabajos integrantes del monográfico, con especial atención a aspectos como la diversidad (metodológica, contextos de estudio, etc.) y el carácter complementario de los trabajos (3,5 puntos). c) Viabilidad global de la propuesta, atendiendo a cuestiones como la trayectoria profesional de los autores, su internacionalización y su campo de especialización en relación con los trabajos presentados (3,5 puntos). El consejo de redacción se reserva la posibilidad de rechazar de forma razonada aquellos

artículos que considere que no mantienen una coherencia suficiente con la propuesta del monográfico.

La fecha límite para el envío de las propuestas para la sección monográfica del volumen 51 (2028) será el 30 de septiembre de 2026. El plazo límite de entrega de los trabajos de la propuesta seleccionada será el 30 de septiembre de 2027. Los artículos de la sección monográfica estarán sometidos a idénticos procesos de evaluación interna y externa que los artículos de la sección miscelánea.

Todas las entregas a la revista se realizan a través de la dirección de correo electrónico reem@ucm.es.

En la *España Medieval* acepta trabajos en cualquier lengua de uso común entre la comunidad científica (castellano, catalán, inglés, francés, italiano, portugués, alemán, etc.). El envío y aspectos formales de los originales se realizará conforme a las normas incluidas en la sección Envíos de la página web de la revista: <https://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/about/submissions>.

PROPUESTAS DE COMUNICACIÓN

XXIV COLOQUIO
INTERNACIONAL DEL
CENTRO DE HISTORIA DEL
CRIMEN DE DURANGO
«EL CLERO: VÍCTIMA Y
VICTIMARIO A TRAVÉS DE
LA HISTORIA»

PLAZO DE PRESENTACIÓN:
21 DE SEPTIEMBRE

PALACIO ETXEZARRETA DE
DURANGO (BIZKAIA)

5 Y 6 DE NOVIEMBRE DE 2026

Organiza: Centro de Historia del Crimen

La temática elegida para el XXIV Coloquio Internacional del Centro de Historia del Crimen de Durango se centra en ***El clero: víctima y victimario a través de la Historia.***

A lo largo de la historia, el clero ha ocupado una posición profundamente ambivalente dentro de las estructuras sociales, políticas y culturales, situándose al mismo tiempo en espacios de poder y de fragilidad. Como institución, ha ostentado una notable capacidad de influencia simbólica —en la legitimación de autoridades, la definición de normas morales o la construcción de identidades colectivas— y, en muchos contextos, también un poder material efectivo, vinculado a la posesión de tierras, privilegios jurídicos o cercanía a las élites gobernantes. Sin embargo, esa misma centralidad lo ha expuesto a convertirse en objetivo de tensiones, conflictos y violencias, especialmente en momentos de cambio político, crisis religiosa o transformaciones sociales profundas. Esta doble condición se observa con claridad a lo largo de la historia: mientras sectores del clero participaron activamente en mecanismos institucionales de control ideológico y social, contribuyendo a la persecución de la disidencia religiosa, moral o política, esos mismos grupos eclesiales fueron también objeto de violencia en contextos de conflictividad política y confesional. Por ejemplo, durante la Reforma y las guerras de religión, numerosos miembros del clero católico y protestante fueron perseguidos, expulsados o ejecutados por su adscripción religiosa. De manera análoga, en épocas más contemporáneas, como durante la Guerra Civil española, el clero fue simultáneamente asociado a estructuras de poder y, por ello, objeto de violencia anticlerical, pero también víctima de persecución y asesinato, configurándose como un actor situado en el cruce entre responsabilidad histórica y victimización. Los conflictos armados de las dos Guerras Mundiales y los que sacuden las noticias en nuestros días también expresan actos de violencia en los que el clero aparece de un modo u otro como víctimas o bien como parte del victimario.

Con objeto de abordar en este XXIV Coloquio Internacional esta dualidad del clero —agente de dominación o legitimador de violencias y, a la vez, sujeto expuesto a persecución, represión o martirio— se proponen una serie de líneas temáticas. **La primera es la que presta atención al clero disidente con la ortodoxia.** Esta línea alude a aquellos miembros del clero que, desde dentro de la institución religiosa, cuestionaron doctrinas, prácticas o estructuras de poder establecidas, situándose en una posición de tensión entre obediencia y crítica. Un caso paradigmático es, por ejemplo, el de Jan Hus (siglo XV), sacerdote y reformador bohemio que denunció la corrupción eclesiástica y defendió una Iglesia más cercana a los fieles. Su condena como hereje en el Concilio de Constanza (1415) muestra cómo la disidencia clerical podía ser severamente reprimida. En contextos más recientes, también pueden considerarse formas de disidencia interna desde las posiciones jesuíticas en el marco de las guerras guaraníicas hasta las sostenidas por los sectores del clero vinculados a la Teología de la Liberación en América Latina (siglo XX), que cuestionaron tanto estructuras socioeconómicas injustas como posiciones conservadoras de la jerarquía eclesiástica, enfrentándose en ocasiones a sanciones institucionales.

Una segunda línea lo hace sobre la figura del clérigo “perverso”. Se trata de analizar las tensiones entre los ideales normativos del celibato, la moral sexual y las conductas reales de miembros del clero. A lo largo de la historia abundan referencias al clero que transgredía normas sexuales, desde la literatura satírica —como los relatos anticlericales de Boccaccio en el *Decamerón* o los *fabliaux* medievales— hasta procesos judiciales por relaciones o prácticas ilícitas, como el concubinato, la sollicitación o la sodomía. En la época contemporánea, el tema adquiere una dimensión espe-

cialmente relevante con los escándalos de abusos sexuales dentro de la Iglesia católica, que han puesto de manifiesto no solo comportamientos individuales delictivos, sino también dinámicas institucionales de encubrimiento y gestión del poder.

Una tercera línea temática se centra en el anticlericalismo, que analiza al clero como sujeto de violencia, persecución o marginación, a menudo en contextos de transformación política, conflictos ideológicos o procesos de secularización. En estos escenarios, el clero no solo aparece como víctima directa de agresiones físicas o legales, sino también como símbolo de un orden social, político o cultural contestado. Un ejemplo temprano es la Revolución francesa, durante la cual muchos miembros del clero que rechazaron la Constitución Civil del Clero (1790) fueron perseguidos, deportados o ejecutados. En esta misma lógica de confrontación entre Iglesia y poder político se inscribe la expulsión de la Compañía de Jesús en el siglo XVIII. Los jesuitas fueron expulsados de Portugal (1759), Francia (1764) y España (1767) —junto con sus territorios coloniales— bajo acusaciones que combinaban elementos políticos, económicos e ideológicos. En los siglos XIX y XX, el anticlericalismo se manifestó con fuerza en diversos países europeos y latinoamericanos. En el caso de España, durante la Guerra Civil (1936–1939), miles de religiosos fueron asesinados en zonas republicanas, en un contexto en el que amplios sectores identificaban al clero con estructuras de poder conservadoras. De manera similar, en México, durante la Guerra Cristera (1926-1929), el enfrentamiento entre la Iglesia y el Estado revolucionario derivó en persecuciones, restricciones al culto y episodios de violencia contra el clero. O, también, el caso de los jesuitas de la Universidad Centroamericana “José Simeón Cañas” (UCA),

liderados por Ignacio Ellacuría, asesinados por un batallón del ejército salvadoreño en 1989, percibidos como enemigos del orden establecido.

Una última línea temática presta atención al clero como agente de control social y de justicia social. Esta temática explora la compleja función del clero como mediador entre normas, poder y sociedad, enfatizando su papel tanto en la reproducción del orden como en la defensa de ciertos principios de justicia social, de denuncia de las desigualdades y de defensa de los sectores más vulnerables. Lejos de ser un actor homogéneo, el clero ha actuado históricamente en esta doble vertiente, combinando prácticas de disciplinamiento social con iniciativas de protección y asistencia. Por un lado, el clero ha sido un instrumento clave de control social, a través de mecanismos como la predicación, la confesión, la vigilancia moral o la participación en tribunales eclesiásticos. En esta lógica de control y disciplinamiento se inscribe el papel de ciertos eclesiásticos en la configuración de prácticas punitivas, tanto en el plano teórico como institucional. Un caso particularmente significativo es el de Magdalena de San Jerónimo (siglos XVI–XVII), impulsora de la galera de mujeres, una institución penitenciaria destinada a recluir a mujeres consideradas “desviadas”.

Sin embargo, junto a estas funciones de vigilancia y castigo, el clero también ha desempeñado un papel importante en la promoción de formas de justicia social y protección de los más vulnerables. En la América colonial, religiosos como Bartolomé de las Casas defendieron activamente a las poblaciones indígenas frente a los abusos del sistema colonial, denunciando la violencia estructural y apelando a principios cristianos de dignidad y humanidad. En épocas más recientes, esta dimensión se ha manifestado en la im-

plicación del clero en movimientos sociales y de derechos humanos, como ocurre con sectores vinculados a la Teología de la Liberación en América Latina, entre ellos los jesuitas liderados por Ellacuría mencionados, o con figuras religiosas que participaron en procesos de mediación y reconciliación en contextos de conflicto.

Propuestas de comunicaciones

La convocatoria para participar con una comunicación al XXIV Coloquio Internacional del Centro de Historia del Crimen de Durango está abierta a todos los miembros de la comunidad universitaria cuyas investigaciones estén relacionadas con la temática del mismo. Las secciones dentro de las que se integrarán las comunicaciones presentadas son las siguientes:

1. El clero disidente con la ortodoxia.
2. El clero “perverso”: sexualidad, transgresión y escándalo.
3. Anticlericalismo y persecución del clero.
4. El clero como agente de control social y de justicia social.

Se podrán analizar al clero como víctima y delincuente en una cronología que va desde la Antigüedad hasta el Tiempo Presente y desde la perspectiva comparada e interdisciplinar que ofrece la Historia, el Derecho, la Sociología, la Antropología, la Historia del Arte, la Ciencia Política, la Filosofía, la Literatura y la Educación.

Las propuestas deberán remitirse hasta el **21 de septiembre de 2026**, como fecha límite, a la siguiente dirección de correo electrónico:

museo@durango.eus y i.bazan@ehu.eus

Deberán ser enviadas en formato Word e incluirán los siguientes apartados:

- 1) Datos sobre el/la autor/a o autores:
nombres, lugar de trabajo, categoría académica, dirección postal de contacto, teléfono (fijo y/o móvil) y e-mail.
- 2) Título y breve resumen de la comunicación
(máx. 3.000 caracteres, sin espacios).

La decisión del comité científico será comunicada a los/las candidatos/as una vez finalizado el periodo de envío de propuestas.

Desarrollo del coloquio

El coloquio tendrá lugar presencialmente en el Palacio Etxezarreta de Durango, sede del Centro de Historia del Crimen. No obstante, se habilitará un espacio online para aquellos que no puedan asistir en persona, permitiendo la exposición de sus comunicaciones de forma virtual a través de un webinar. Para evitar posibles problemas de conexión, los participantes que opten por la modalidad virtual deberán enviar un video con su exposición una semana antes del inicio del coloquio.

Inscripción y asistencia

La inscripción para los asistentes (excepto los comunicantes) deberá realizarse enviando un email a la dirección museo@durango.eus con anterioridad al comienzo del coloquio, señalando nombre y apellidos.

La asistencia presencial y online dará derecho a la obtención de un certificado que podrá ser convalidable por 1 crédito ECTS (25 horas) según la normativa de cada universidad. Para ello habrá que asistir a un mínimo del 90% de las sesiones.

V Premio a la mejor comunicación presentada por investigador/a menor de 35 años

Con motivo del XXIV Coloquio Internacional del Centro de Historia del Crimen de Durango se otorgará el quinto premio a la mejor comunicación de todas las presentadas cuyo autor/a sea menor de 35 años. El Comité Científico y Organizador examinará la calidad temática y expositiva de las comunicaciones y seleccionará la ganadora. El premio se comunicará días después de la celebración del coloquio y consistirá en un diploma honorífico y la publicación de trabajo en la revista *Clio & Crimen*.

Contacto

Centro de Historia del Crimen
Museo de Arte e Historia
c/. San Agustinalde, 16
48200 Durango (Bizkaia) Tfno. 94.603.00.20
e-mail: museo@durango.eus
Web: <https://es.durangomuseoa.eus/chc-durango/que-es>

Coordinación científica y organizadora

Iñaki Bazán (Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea)

Comité científico

Tomás A. Mantecón (Universidad de Cantabria)

Pedro Oliver Olmo (Universidad de Castilla La Mancha)

Janire Castrillo (Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea)

Ekaitz Etxeberria (Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea)

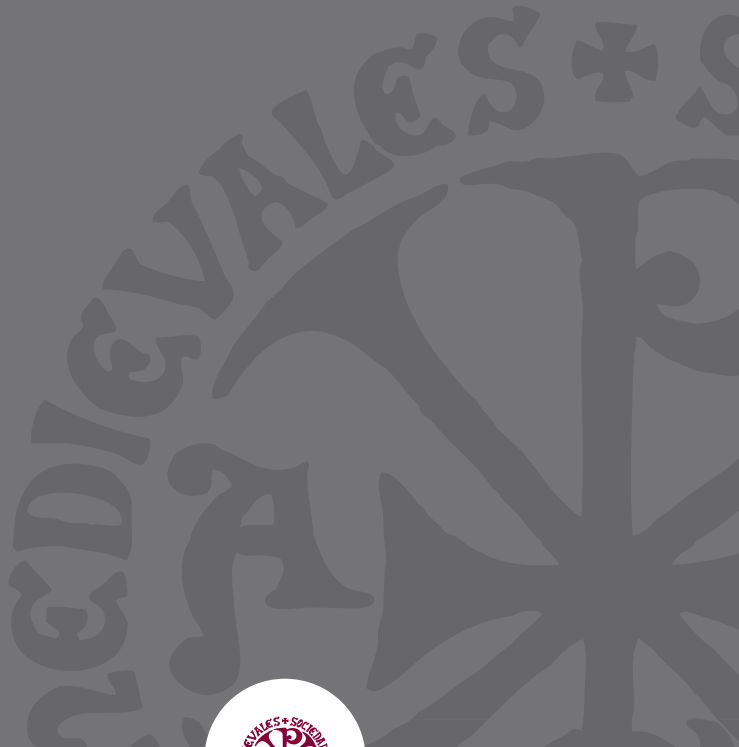
Comité organizador

Garazi Arrizabalaga (Centro de Historia del Crimen. Museo de Arte e Historia de Durango)

Alicia Onagoitia (Centro de Historia del Crimen. Museo de Arte e Historia de Durango)

Joana Rezola (Centro de Historia del Crimen. Museo de Arte e Historia de Durango)

NOTICIAS



PODCAST MEDIEVALISMOS

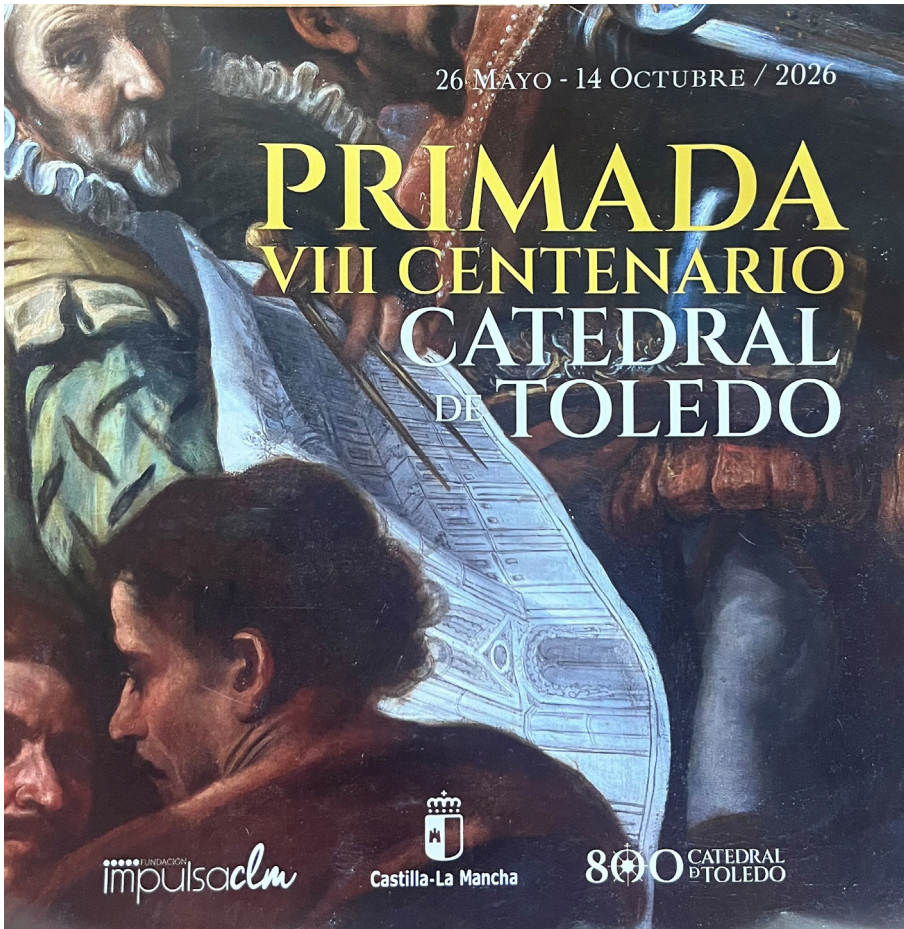
Nuevo podcast de *Medievalismos* (Univ. Sevilla), dirigidos por la profesora Cristina Moya.

En esta entrega, Ana Ortega Baún, profesora de Historia Medieval de la Universidad de Burgos, nos ilustra sobre la sexualidad en la Edad Media, y Ana Cabo, catedrática de Estudios Árabes e Islámicos de la Universidad de Sevilla, nos adentra en el mundo de la farmacología andalusí

<https://radio.us.es/wp-content/uploads/2026/05/Medievalismos-4x08-1.mp3>

**PRIMADA.
EXPOSICIÓN DEL VIII
CENTENARIO
CATEDRAL DE TOLEDO**

25 MAYO – 14 OCTUBRE DE 2026



En 2026, la Catedral de Toledo conmemora el VIII Centenario del inicio de sus obras con una exposición sin precedentes.

«Primada. VIII Centenario de la Catedral de Toledo» reúne la esencia de ocho siglos de historia, arte y espiritualidad en el interior del propio templo.

Hace ocho siglos, en el año 1226, comenzó en Toledo una obra que cambió para siempre la historia del arte y de la fe en España: la construcción de su Catedral Primada. Aquella empresa de piedra, luz y espiritualidad se convirtió, con el paso de los siglos, en uno de los grandes símbolos del poder creador del ser humano y en una referencia fundamental del patrimonio histórico, artístico y religioso de Europa.

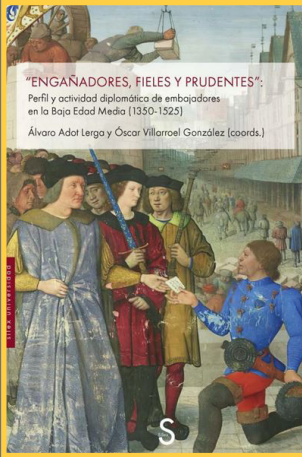
La Catedral celebra este aniversario con una exposición conmemorativa que constituye uno de los grandes acontecimientos culturales del año. Bajo el título «Primada. VIII Centenario de la Catedral de Toledo», la muestra recorre ocho siglos de belleza —desde el siglo XIII hasta el XVIII— a través de más de 350 obras maestras: pinturas, esculturas, códices, tapices y objetos litúrgicos de extraordinario valor histórico y artístico. La exposición ofrece al visitante una oportunidad única para contemplar, en el propio marco catedralicio, el legado acumulado por una de las instituciones más influyentes de la historia de España.

Información sobre la exposición: <https://www.catedralprimada.es/viii-centenario/exposicion-viii-centenario/>

Crónica sobre la exposición del Comité Español de Historia del Arte: <https://arteceha.es/contribuciones/primada-viii-centenario-de-la-catedral-de-toledo/>

NOVEDADES EDITORIALES





ÁLVARO ADOT LERGA
Y ÓSCAR VILLARROEL
GONZÁLEZ (COORDS.)
**ENGAÑADORES, FIELES
Y PRUDENTES: PERFIL Y
ACTIVIDAD DIPLOMÁTICA
DE ENBAJADORES EN
BAJA EDAD MEDIA (1350-
1525)**

Madrid, Sílex, 2026, 266 págs.
ISBN: 979-13-87694-98-2

ÍNDICE

Presentación

José Manuel Nieto Soria

Introducción

Álvaro Adot Lerga y Óscar Villarroel González

Ambaxator. Un perfil de los agentes diplomáticos de Venecia en Castilla (siglos XIII-XV)

Raúl González Arévalo

Los embajadores de Benedicto XIII, el papa luna (1394-1423)

Germán Navarro Espinach

O clero ao serviço da diplomacia régia portuguesa (séculos XIV-XV)

Mário Farelo

Construir la precedencia: los conflictos ceremoniales de los Trastámara en la corte papal (1414-1460)

Álvaro Fernández de Córdoba

Juan Rodríguez de Fonseca (1451-1524), embajador y mecenas

Elena Vázquez Dueñas

Embajadores de los Trastámara en Aragón a inicios del siglo XV

Óscar Villarroel González

Entre necesidad y desconfianza: el informe de un embajador navarro en la corte de Fernando el Católico, durante su estancia en Italia (1507)

Álvaro Adot Lerga

Conclusiones

Álvaro Adot Lerga y Óscar Villarroel González

ANALES DE LA UNIVERSIDAD DE ALICANTE. HISTORIA MEDIEVAL

27 (2026)

<https://revistes.ua.es/medieval>

Crisis y transformaciones marítimas y náuticas medievales

Dossier monográfico coordinado por Antonio Musarra (Sapienza Università di Roma, Italia) y Leonardo Soler (Universidad de Alicante, España)

Introducción

Crisis y transformaciones marítimas y náuticas medievales
Antonio Musarra, Juan Leonardo Soler Milla

Dossier monográfico

«Che sarebbe come se fussino in prigione». “Galeotti” per la crociata nella Firenze del Quattrocento

Andrea Raffaele Aquino

«Voio che tu me chonpri un’antena». “Rivoluzione nautica” ed emersione di scritture pratiche nel Mediterraneo tardo-medievale

Federico Forcella

Navigare tra le crisi. Amantea, comunità di mare tra negoziazione e affermazione nel Medioevo

Sarah Procopio

Tripulacions de naus i naus grosses catalanes al segle XV
Marcel Pujol Hamelink

Una aproximación al paisaje naval del Mediterráneo occidental entre los siglos XV y XVI a partir de los registros históricos de Barcelona: entre barcas, balleners, barxas y carabelas

Mikel Soberón Rodríguez

Los fletes y la revolución náutica comercial desde la perspectiva de una ciudad portuaria menor del Mediterráneo
Nicolò Villanti

Miscelánea

Los trabajadores del cuero en Morella y sus aldeas (siglos XIV-XV)

Joaquín Aparici Martí, Germán Navarro Espinach

Las herrerías bajomedievales en el Reino de Navarra. ¿Empresas siderúrgicas?

Íñigo Mugueta Moreno

Reseñas



ANUARIO DE HISTORIA DE LA IGLESIA, 35 (2026)

Estudios: Las iglesias locales en la Antigüedad Tardía

Presentación. Las iglesias locales en la Antigüedad Tardía
Pablo Poveda Arias

Los templos politeístas de Hispania: instrumentos de poder, espacios privilegiados de comunicación religiosa y lugares de encuentro social
José Carlos López Gómez

Las primeras iglesias hispanas y sus estrategias de regulación de conflictos y de proyección social
Purificación Ubric Rabaneda

Las iglesias como escenario de la experiencia histórica de las mujeres en Hispania tardoantigua
Henar Gallego Franco

La función litúrgica de las iglesias monásticas en la Hispania tardoantigua (siglos VI-VII): dinámica interna y externa
Pablo de la Cruz Díaz Martínez

Las iglesias urbanas de la Hispania visigoda: dinámicas religiosas, eclesiásticas y sociales

Pablo Poveda Arias

Dimensión judicial de las iglesias hispanas en época visigoda y derecho de asilo

Esperanza Osaba

Esclavos, dependientes y alienación de la propiedad en la Iglesia visigoda

Juan Alejandro González Nestares

Las «iglesias locales» en el norte de la Península Ibérica (siglos VIII-X): espacios sociales e identidades

Iñaki Martín Viso

Otros estudios: Historiografía y bibliografía. Miscelánea

El rito del lucernario hispánico durante la Antigüedad Tardía: análisis textual y aproximación arqueológica a sus escenarios y esquemas celebrativos

Andreu Muñoz Virgili

La regulación de conflictos en la vida comunitaria del monacato hispano-visigodo

Jesús Huertas Gómez

Consideraciones sobre la figura del juez provisor y vicario general y el Tribunal del Provisorato en Nueva España

Carolina Y. Aguilar García

«Cosa digna de grande admiración»: un impreso toledano desconocido de 1587 en Malta

Helena Carvajal González

Conflictividad en torno a la titularidad y uso de las capillas de hermandades durante la Sevilla moderna (siglos XVII-XVIII)

Víctor Daniel Regalado González-Serna

La Iglesia del Sagrado Corazón de Jesús y San Ignacio de Loyola: poder, élite y religión en la vida republicana cubana (1907-1923)

Leonardo Manuel Fernández Otaño

Sobre Revolución y Transformación: Iglesia Católica chilena y Alianza para el Progreso

Pablo Escobar Burgos y Froilán Ramos Rodríguez

Conversación

Conversación con el profesor Agostino Paravicini Bagliani en Roma

Łukasz Żak

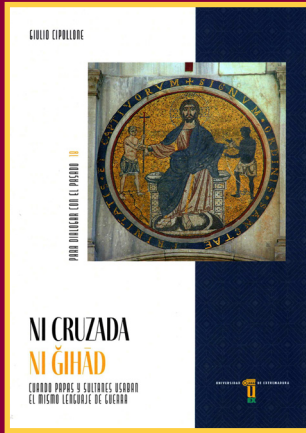
Crónicas

Crónicas: Congresos y seminarios.

Crónicas: Tesis doctorales.

Bibliografía

Recensiones de libros.



GIULIO CIPOLLONE NI CRUZADA NI GIHAD. CUANDO PAPAS Y SULTANES USABAN EL MISMO LENGUAJE DE GUERRA

Cáceres, Universidad de Extremadura, 2026.

Para dialogar con el pasado, 18.
ISBN: 978-84-9127-345-5

ÍNDICE

Presentación

Prólogo

Prefacio

Método de transliteración del árabe

Tabla de correspondencia de datación

Siglas y abreviaturas

Abreviaturas

Introducción

Capítulo primero. De las palabras a los hechos

1.1. La Palabra. Las palabras de Dios

1.2. De la enemistad al enemigo

Capítulo segundo. La guerra en nombre de Dios

2.1. Los cristianos y la guerra santa

2.2. Los musulmanes y la guerra santa

2.3. Inocencio III: «Menos que Dios, pero más que el hombre». La guerra es santa

Capítulo tercero. Los cristianos víctimas de violencia. Cautiverio y liberación

3.1. El cautiverio: en manos del enemigo

3.2. Cristianos en manos del enemigo que llama a Dios con otro nombre

3.3. Los cautivos cristianos: salir del infierno

Capítulo cuarto. Los musulmanes víctimas de violencia. Cautiverio y liberación

4.1. El cautiverio: en manos del enemigo

4.2. Musulmanes en manos del enemigo que llama a Dios con otro nombre

4.3. Los cautivos musulmanes: salir del infierno

Capítulo quinto. Después de al-Násir Saláh al-Dín Yii-suf, el papa Inocencio III: tiempo de tregua y tiempo de rearme

5.1. Con los musulmanes: contactos varios y cambiantes

5.2. La prioridad: liberar la tierra recibida en herencia. «Nos vemos en Brindisi»

5.3. Liberar a los cautivos cristianos

Capítulo sexto. Algunos hombres redentores 'objetores de conciencia'. Una 'cruz roja y azul internacional'

6.1. *Deus vult? Deus non vult. Deus vult.*

6.2. Algunos hombres redentores de cautivos cristianos y musulmanes

6.3. Una nueva economía: para el servicio humanitario, no para la guerra

6.4. Los redentores Trinitarios están inermes

6.5. El papa presenta a los redentores Trinitarios a Abet 'Abd Allāh Mūhammad al-Nāṣir

6.6. Publicidad y propaganda internacional del fenómeno

A modo de conclusión

Cartas de al-Nāṣir Ṣalāh al-Dīn (Saladino) y de Inocencio III

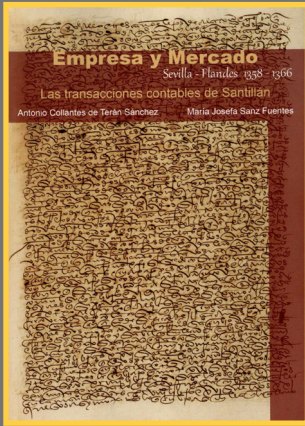
Glosario

Bibliografía

Fuentes

Estudios

Índice de los nombres de persona, de lugares y de cosas notables



ANTONIO COLLANTES DE
TERÁN SÁNCHEZ Y MARÍA
JOSEFA SANZ FUENTES
**EMPRESA Y MERCADO:
SEVILLA-FLANDES
(1358-1366). LAS
TRANSACCIONES
CONTABLES DE
SANTILLÁN**

Sevilla, Ayuntamiento de
Sevilla, 2025

ISBN: 978-84-9102-163-6

ÍNDICE

Introducción

1.- La materialización del documento

María Josefa Sanz Fuentes

2.- La propiedad

Antonio Collantes de Terán Sánchez

2.1. Entorno familiar

2.2. Actividad económica

3.- Las propiedades

Antonio Collantes de Terán Sánchez

4.- La gestión y la contabilidad

Antonio Collantes de Terán Sánchez

5.- Transcripción del documento

María Josefa Sanz Fuentes

La cuenta de las vacas del hierro de la Marca

La cuenta de las vacas del hierro del Castillo

La cuenta de los bueyes

La cuenta de las yeguas

La cuenta del trigo

La cuenta de la cebada

La cuenta de lo que llevó a Flandes

La cuenta de lo que envió a Sevilla

La cuenta de Fernán García, hijo (1358-1362)

La cuenta de Fernán García, hijo (1362-1366)

6.- Reproducción facsímil del documento



ESTHER TELLO HERNÁNDEZ (COORD.) CÓMO ESTUDIAR LA DESIGUALDAD ECONÓMICA Y LA DISTRIBUCIÓN DE LA RIQUEZA EN ÉPOCA MEDIEVAL

Colección «Cuadernos de la
SEEM. Divulgación». 4

Murcia, Sociedad Española de
Estudios Medievales, 2026, 55
págs.

ISBN: 978-84-09-79126-2

ÍNDICE

Presentación: ¿Cómo es posible estudiar la desigualdad económica y la distribución de la riqueza en época medieval?

Esther Tello Hernández

Medir y analizar la desigualdad: la metodología

David Carvajal de la Vega

El estudio de la desigualdad a través de la documentación fiscal

Laura Miquel Milian

Desigualdades materiales entre el campesinado bajomedieval. Riqueza mueble y cultura material de seis labradores valencianos

Luis Almenar Fernández

La Iglesia como indicador económico para estudiar la distribución de la riqueza en el territorio (Corona de Aragón, siglos XIII-XV)

Esther Tello Hernández

1.2.4. Crisis del sistema

1.3. Ejércitos profesionales y permanentes

1.3.1. Fuerzas profesionalizadas y asalariadas

1.3.2. Mercenarios, *routiers* y *condottieri*

1.3.3. Fuerzas y ejércitos permanentes

1.4. Liderazgo y estructuras de mando

1.4.1. La práctica del liderazgo

2. Tecnología militar

2.1. Armamento ofensivo

2.1.1. Armas para el combate cuerpo a cuerpo

2.1.2. Armas para el combate a distancia

2.2. Armamento defensivo

2.2.1. Predominio de la cota de malla

2.2.2. Protecciones de placas y metal liso

2.2.3. Protecciones equinas

2.3. Fortificaciones y arquitectura defensiva

2.3.1. Castillos y torres

2.3.2. Defensas urbanas

2.4. Armas de asedio

2.4.1. Artillería neurobalística

2.4.2. Cañones y artillería pirobalística

3. **Estrategias y tácticas militares**

3.1. Estrategia militar

3.1.1. Estrategia vegeciana y reflejo obsidional

3.1.2. Rol estratégico de la batalla

3.1.3. Transformaciones bajomedievales

3.2. Devastación y cabalgadas

3.2.1. Tamaño, alcance y estacionalidad

3.2.2. Tácticas y orden de marcha

3.3. Asedios

3.3.1. Asaltos por sorpresa

3.3.2. Asaltos directos

3.3.3. Cercos y bloqueos

3.4. La batalla campal

3.4.1. Tácticas de caballería

3.4.2. Tácticas de infantería

4. Guerra naval

- 4.1. Tipología de las embarcaciones y formas de navegación
 - 4.1.1. Tipologías constructivas
 - 4.1.2. Formas de navegación
 - 4.1.3. Desarrollos atlánticos y mediterráneos
- 4.2. Reclutamiento y organización de las fuerzas navales
 - 4.2.1. Atarazanas y almirantes
 - 4.2.2. Tamaño de las flotas y de las tripulaciones
- 4.3. La guerra en el mar
 - 4.3.1. Estrategias marítimas
 - 4.3.2. Batallas navales
 - 4.3.3. Guerra fluvial

5. Ideología y aspectos socioculturales

- 5.1. *Bellatores* y caballeros: ideología bélica y justificación social
 - 5.1.1. Caballería, violencia y masculinidad
 - 5.1.2. Ideología bélica nobiliaria en la Baja Edad Media

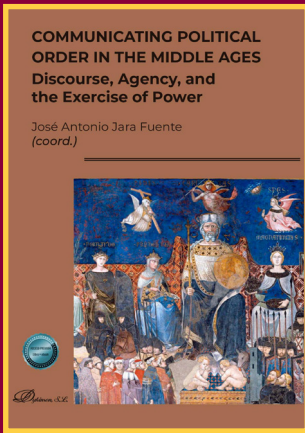
- 5.2. Guerra justa y legitimación de la violencia
 - 5.2.1. Guerra justa y guerra santa
 - 5.2.2. De las leyes de la guerra al bien común
- 5.3. El aprendizaje de la guerra: tratados, literatura y práctica
 - 5.3.1. Didáctica militar: literatura y tratados
 - 5.3.2. Aprendizaje práctico
- 5.4. Mujer y guerra
 - 5.4.1. Víctimas y pacificadoras
 - 5.4.2. Líderes militares
 - 5.4.3. Guerreras

6. Las consecuencias de la guerra

- 6.1. Consecuencias físicas
- 6.2. Consecuencias materiales

Selección de textos

Bibliografía seleccionada



**JOSÉ ANTONIO JARA
FUENTE (COORD.)
COMMUNICATING
POLITICAL ORDER IN
THE MIDDLE AGES.
DISCOURSE, AGENCY
AND THE EXERCISE OF
POWER**

Madrid, Dykinson, 2026.

ISBN: 979-13-7047-072-2

ISBN electrónico: 979-13-7047-
127-9

Political order represents much more than the basic structure of domination operating within a given political entity. It is built upon the interaction of the various political bodies that comprise it, in accordance with what political-constitutional practice establishes in each case, and it is grounded in the communication that necessarily accompanies it. As demonstrated by the studies included in this volume, communication encompasses an extensive array of functions, procedures, agents, channels and instruments, as well as purposes or aims. Communicating the political order, therefore, entails much more than merely declaring and imposing a particular model of order.

The contributions included in this volume are the result of the research project *Más allá de la palabra. Comunicación y discurso políticos en la Castilla Trastámara (1367-1504) / Beyond the Word. Political Communication and Discourse in Trastámara Castile (1367-1504)*. PID2021-125571NB-I00, funded by MICIU/AEI /10.13039/501100011033 and FEDER, UE.

INDEX.

INTRODUCTION. COMMUNICATING POLITICAL ORDER IN THE MIDDLE AGES

José Antonio Jara Fuente

PART I. COMMUNICATION AND THE PROCESSES OF POLITICAL ORGANIZATION.

Performing Unity and Concord. Political Communication in
the City of Cuenca in the 15th Century

José Antonio Jara Fuente

Rebellious Sign Systems in the Medieval Textile Town of
Ypres

Jan Dumolyn

Collective Action, Rural Policies and Political Communication
in the Villages and the *Tierra* (Salamanca, Ciudad Rodrigo,
Ávila and other nearby Councils, 13th-15th Centuries)

José María Monsalvo Antón

Preserving, Selecting and Organising the Political
Communication Testimonies of Castelo de Vide, a small
Portuguese town (fifteenth and sixteenth centuries)

Adelaide Millán da Costa

“Por lo que toca al rey y a mi pueblo tengo que morir”
[For the sake of the king and my people, I must die]: A
Reading from the Citizen’s Perspective of the Principles of
Legitimation of the Urban Political System

Hipólito Rafael Oliva Herrer

Royal Words, Majestic Gestures: The Evreux's Dealings with their Urban Subjects in the Fourteenth and Fifteenth Centuries

Eloísa Ramírez Vaquero

Reform, Feuds, Insults and Debates: Communicating Political Order in the Holy Roman Empire (15th Century – 1525)

Gisela Naegle

PART II. SPECIALIZED AGENTS OF POLITICAL COMMUNICATION.

Political Communication in Urban Government. Public Announcements and the Rhetoric of Power in Late Medieval Castile

Óscar López Gómez

The Intermediate Actors of Political Communication: Messengers from the Cities of the Kingdom of Seville during the Reign of the Catholic Monarchs

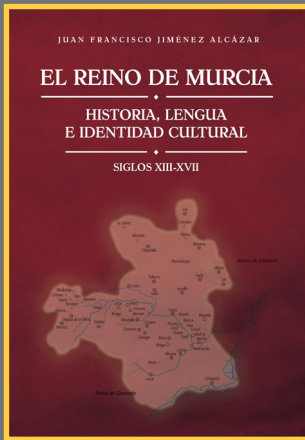
Enrique José Ruiz Pilares

Mediators between Powers: Agents of Communication in Seigneurial Towns (Castile, c.1375-c.1460)

Víctor Muñoz Gómez

From the Town to the World. The Political Communication Network of Loulé at the end of the Middle Ages: Agents, Missions and Journeys

Gonçalo Melo da Silva



**JUAN FRANCISCO
JIMÉNEZ ALCÁZAR**
**EL REINO DE MURCIA:
HISTORIA, LENGUA E
IDENTIDAD CULTURAL
(SIGLOS XIII-XVII)**

2ª edición, corregida y ampliada

Mar del Plata, Universidad Na-
cional de Mar del Plata, 2025.
240 págs.

ISBN: 978-987-811-246-6

Esta segunda edición, ampliada porque se ha profundizado en procesos, aspectos y análisis del ensayo que lo completarán, sin duda alguna, se presenta con el mismo objetivo que tuvo cuando se publicó la primera vez, en 2012, y era la de mostrar las raíces históricas del concepto “murciano” que se generó en el siglo XIX, y sobre las que se cimentaron localismo, regionalismo e incluso cantonalismo. Hay que insistir en que no se trata de un manual que pretenda cubrir todos los aspectos con el fin de exponer, sin más, una sucesión de fenómenos históricos que supongan un seguimiento exhaustivo de la historia del antiguo reino cristiano de Murcia. Es un estudio que aborda la interacción de los factores que indujeron a que el territorio murciano, entendido no solo como el marcado por los límites de su adelantamiento, sino por su extensión social y económica hacia occidente y oriente, teniendo en cuenta además los difusos umbrales por el norte manchego y los muy claros dibujados por la ribera mediterránea, terminase con una definición concreta de una original cultura

ÍNDICE

NOTAS A LA SEGUNDA EDICIÓN

1.- INTRODUCCIÓN

2- HISTORIA Y LENGUA

- 2.1.- La importancia del texto escrito
- 2.2.- Las instituciones como generadoras de documentación: el siglo XIII
- 2.3.- La administración castellana en Murcia: la Baja Edad Media
- 2.4.- El documento necesario: la Modernidad

3.- LA CONQUISTA CRISTIANA

- 3.1.- Los antecedentes. El reino de Murcia islámico
- 3.2.- Las huestes cristianas a las puertas de Murcia
- 3.3.- La definición de un reino
 - 3.3.1.- *Los límites occidentales*
 - 3.3.2.- *Los límites orientales*

4.- CASTELLANOS Y CASTELLANO EN EL SURESTE

- 4.1.- La llegada de la población cristiana
- 4.2.- La etapa de protectorado: exilios y sublevación mudéjar
- 4.3.- Los procesos de repoblación
 - 4.3.1.- *Los inicios repobladores*
 - 4.3.2.- *El repoblador cristiano y su bagaje cultural*
 - 4.3.3.- *Los intereses de la Corona de Castilla*

5.- CASTILLA, ARAGÓN Y GRANADA CONFLUYEN EN MURCIA. 1296-1305

6.- UN NUEVO REINO: MURCIA EN LOS SIGLOS XIV Y XV

- 6.1.- Torrellas y sus consecuencias
- 6.2.- Un territorio provisional: las fronteras del reino
 - 6.2.1. *Frontera con el islam*
 - 6.2.3. *Frontera con Aragón: el mantenimiento de Torrellas*
- 6.3. Murcianos y murciano en la frontera de Castilla

7.- MURCIA HACIA LA MODERNIDAD: LA REFERENCIA DEL SURESTE

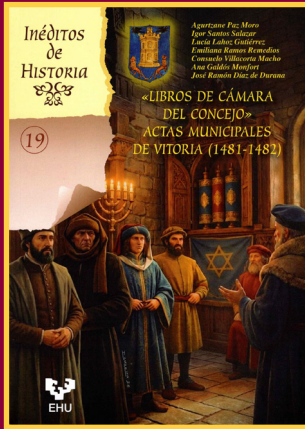
- 7.1. De la guerra civil al poder omnímodo de Pedro Fajardo Quesada
- 7.2. Guerra de conquista y repoblación de Granada
- 7.3. La presencia del marqués de los Vélez
- 7.4. Las comunidades en el reino de Murcia
- 7.5. Nuevas fronteras, nuevas realidades. La proyección hacia el poniente
 - 7.5.1. *Cristianos nuevos y cristianos viejos*
 - 7.5.2. *Hacia la formación de un espacio de cultura original. Orihuela y la Vega Baja en los siglos XVI y XVII*

8.- CONCLUSIONES

9.- APÉNDICE DOCUMENTAL

10.- FUENTES Y BIBLIOGRAFÍA

- 10.1. Fuentes editadas
- 10.2. Bibliografía citada



**AGURTZANE PAZ MORO,
IGOR SANTOS SALAZAR,
LUCÍA LAHOZ GUTIÉRREZ,
EMILIANA RAMOS
REMEDIOS, CONSUELO
VILLACORTA MACHO,
ANA GALDÓS MONFORT
Y JOSÉ RAMÓN DÍAZ DE
DURANA**

**«LIBROS DE CÁMARA
DEL CONCEJO». ACTAS
MUNICIPALES DE VITORIA
(1481-1482)**

**Leioa/Lejona, Universidad del País Vasco, 2026, 358
págs.**

ISBN: 978-84-1319-784-5

ÍNDICE

Presentación

José Ramón Díaz de Durana

Parte I. Estudios de época

La minoría judía de Vitoria: un complejo universo social y económico en la Castilla del siglo XV

Igor Santos Salazar

Indicios, vestigios y guiños judíos en la Vitoria gótica

Lucía Lahoz Gutiérrez

Parte II. Actas municipales: estudio y edición

El «Libro de Cámara de 1481-1482». La guerra de Granada y Vitoria

Agurtzane Paz Moro

Edición del Libro de Cámara del Concejo de la ciudad de Vitoria (1481-1482)

Agurtzane Paz Moro, Ana Galdós Monfort, Emiliana Ramos Remedios, Consuelo Villacorta Macho y José Ramón Díaz de Durana

1.- Metodología de la edición

1.1. Normas de edición y transcripción

1.2. Abreviaturas y siglas utilizadas

2.- El Libro de Actas de 1481-1482: catálogo y edición textual

2.1. Catálogo de asientos (según orden cronológico)

2.2. Edición textual de asientos (en su propio orden)

3.- Instrumentos de consulta

3.1. Glosario de época

3.2. Índice analítico: onomástico y temático

Bibliografía



SILVIA MARÍA PÉREZ GONZÁLEZ BRIANDA DE VILLAVICENCIO. RETRATO DE UNA VIUDA Y SU TIEMPO

Sevilla, Fundación Centro de Estudios Andaluces, 2025, 318 págs.

ISBN: 978-84-10064-28-7

Doña Brianda de Villavicencio fue una mujer que vivió en Jerez de la Frontera en la primera mitad del siglo XVI, una época decisiva en el desarrollo de la ciudad a todos los niveles. En ese ambiente Brianda destacó por saber utilizar los instrumentos de que disponía para visibilizarse y convertirse en referente económico, religioso y social para sus contemporáneos.

Eludiendo las opciones que la sociedad de la época ofrecía a las mujeres, *aut virum aut murum*, Brianda, una vez viuda de Hernán Ruín Cabeza de Vaca, se convirtió en un activo agente financiero prestando dinero a partir de las distintas fórmulas implementadas en la época y eludiendo las condenas por usura. También participó activamente en el mercado inmobiliario de la ciudad, haciendo gala de un profundo conocimiento de todos sus mecanismos. Buscando una protección frente a la presión ejercida por la sociedad patriarcal sobre una mujer joven perteneciente a un destacado linaje, ingresó como tercera en la orden franciscana. De esta forma, el revestimiento religioso le proporcionó la

libertad necesaria para permanecer soltera y gestionar su patrimonio convirtiéndose, también, en protectora y mecenas del convento de Madre de Dios al que estaban vinculadas muchas terceras franciscanas de la ciudad.

Pero Brianda es una mujer que responde a un contexto histórico concreto, el del Jerez bajomedieval, y a unas manifestaciones religiosas femeninas perfectamente arraigadas y desarrolladas en la ciudad. Es por ello que, para entender la grandeza de Brianda, también es necesario realizar la contextualización de estas dos variantes decisivas en su trayectoria vital.

ÍNDICE

Prólogo

I.- Introducción

II.- Una breve reflexión sobre la historia de las mujeres en el Medievo

III.- La muy noble y muy leal ciudad de Jerez de la Frontera a finales del siglo XV y comienzos de la modernidad

IV.- El paisaje espiritual jerezano a finales de la Edad Media

V.- Entre los Villavicencio y los Cabeza de Vaca: la familia de Brianda

VI.- Brianda, poderosa terrateniente

VII.- El patrimonio urbano de Brianda

VIII.- Brianda, tercera franciscana

IX.- Brianda se proyecta hacia la eternidad: su testamento

X.- Epílogo

XI.- Análisis grafológico de la firma de Brianda de Villaviciencio

Notas

Bibliografía



PABLO PÉREZ PELEGRÍN LAS GENTES DEL MAR. COMUNIDADES DE MARINEROS ANDALUSÍES EN EL MEDITERRÁNEO (SIGLO IX)

Madrid, La Ergástula, 2026, 176
págs.
Serie Histórica, 14.
ISBN: 978-84-19726-23-0

SINOPSIS

En el siglo IX, en el Mediterráneo, surgieron y se consolidaron comunidades marítimas andalusíes, conocidas como *bahriyyūn*, que trascendieron las categorías tradicionales de la historiografía. Su actividad estuvo marcada por la guerra, el comercio, la captura de cautivos y la movilidad constante entre las orillas mediterráneas. Este estudio analiza su formación, expansión y proyección desde al-Andalus hasta el Mediterráneo oriental y central, utilizando fuentes árabes, latinas y evidencia arqueológica. Se examina su relación con el norte de África, Sicilia, Creta y Bari, así como su participación en redes políticas y económicas. Desafiando interpretaciones que los reducen a piratas o instrumentos estatales, Pablo Pérez Pelegrín presenta a estos marineros como actores complejos en dinámicas de violencia, negociación e intercambio. Además, se abordan sus procesos de asentamiento, la articulación de puertos y la circulación de esclavos, resaltando su papel en la configuración de espacios fronterizos, circuitos comerciales y relaciones de poder en el Mediterráneo altomedieval.

ÍNDICE

Prólogo

Agradecimientos

Introducción

Capítulo 1. La génesis de las comunidades marítimas

1.1. Los «mauri» y «sarraceni» en las fuentes cristianas
(798–813)

1.2. La coyuntura política en al-Andalus

1.3. Al-baḥriyyūn, las «gentes del mar»

1.4. Piratería, corso, ḡihād al-baḥr

1.5. El comercio de esclavos

1.6. Madīnat Ṭurṭūša: puerto del Šarq al-Andalus

Capítulo 2. Hacia el Mediterráneo oriental

2.1. La irrupción en al-Iskandariyya

2.2. Iqrīṭīš

2.3. Aṣḥab al-Farḡalūš en Šiqilliya

2.4. Baḥriyyūn: una «confederación tribal»

Capítulo 3. «Como reyes sobre sus tronos»: el éxito en el Mediterráneo occidental

3.1. Una segunda fase de incursiones

3.2. Los baḥriyyūn, exiliados en Ifrīqiya

3.3. Las «gentes del mar» y la pujante red comercial del Norte de África

3.4. El retorno de los baḥriyyūn a al-Andalus: Baÿyāna

3.5. Los marineros andalusíes y el sulṭān

Capítulo 4. El emirato de Bari y los baḥriyyūn: ¿las dos caras de un mismo dinar?

Conclusiones



CARLOS MANUEL REGLERO DE LA FUENTE EL OCASO DE CLUNY EN CASTILLA. REINO, IGLESIA Y MONASTERIOS (1380- 1508)

Murcia, Sociedad Española de
Estudios Medievales, 2026, 542
págs.
ISBN papel: 978-84-09-87755-3

ÍNDICE

Introducción

1. Estado de la cuestión
2. Las fuentes

Fuentes no editadas

Abreviaturas de archivos y fuentes

PARTE I: REINO

Capítulo 1: Los monasterios cluniacenses ante la monarquía Trastámara

1. La relación de los monjes cluniacenses con la familia real
2. La confirmación de los privilegios reales

3. La participación de los monasterios en la fiscalidad regia: los juros reales
4. Los conflictos con la Hacienda regia y sus recaudadores
 - 4.1. Las tercias reales de Villafrechós y Villalumbroso
 - 4.2. Los excusados de pechos reales
 - 4.3. El pago de subsidios y décimas
5. La jurisdicción regia
 - 5.1. La Audiencia Real
 - 5.2. El Consejo Real
 - 5.3. Los Adelantados Mayores y los merinos reales

Capítulo 2: La presión de la nobleza sobre los monasterios

1. La continuidad de las encomiendas
 - 1.1. Santa María de Nájera
 - 1.2. San Zoilo de Carrión y los encomenderos del barrio de San Martín de Frómista
2. Los arrendamientos por varias generaciones
3. Las enajenaciones de grandes dominios y señoríos
 - 3.1. El barrio de San Martín de Frómista: de la encomienda a la enajenación
 - 3.2. Beatriz Rodríguez de Fonseca: Benafarces y Villalonso

- 3.3. San Pelayo de Toro: entre Viveros, Ulloas y Fonsecas
- 3.4. Las iglesias y granjas de Nájera
- 4. Las disputas por los señoríos y dominios
 - 4.1. Pedro Manrique y Santa María de Nájera
 - 4.2. Los pleitos de Luis Hurtado de Mendoza

Capítulo 3: La relación con los concejos y las comunidades locales

- 1. Las disputas jurisdiccionales entre los concejos de ciudades y villas y los monasterios
 - 1.1. El barrio de San Zoles
 - 1.2. El conflicto con el concejo de Santo Domingo de la Calzada por la jurisdicción de Santurdejo
 - 1.3. Los señoríos al sur del Duero
- 2. La fiscalidad concejil
- 3. La justicia local: los monjes ante los alcaldes
- 4. La defensa de los términos frente a los concejos vecinos
- 5. Los arrendamientos de heredades a los concejos
- 6. La fábrica de la iglesia como elemento de relación entre monasterios, concejos y vecinos

PARTE II: IGLESIA

Capítulo 5: La creciente intervención de un poder lejano: el Papado

1. La provisión de beneficios en los monasterios cluniacenses
 - 1.1. La colación de prioratos y oficios
 - 1.2. El nombramiento de comendatarios o administradores perpetuos
 - 1.3. Las consecuencias fiscales de la provisión papal de beneficios
2. Los jueces apostólicos
 - 2.1. Los jueces conservadores apostólicos
 - 2.2. Jueces apostólicos delegados y ejecutores
 - 2.3. Los monjes cluniacenses hispanos como jueces apostólicos
3. Los asuntos tratados ante la jurisdicción pontificia
 - 3.1. Las grandes enajenaciones de dominios por San Zoilo de Carrión: licencias y pleitos
 - 3.2. Autorizaciones papales para enajenar o traspasar bienes
 - 3.3. La anexión de capellanías e iglesias
 - 3.4. Disputas sobre el cobro de diezmos y la jurisdicción episcopal

- 3.5. La relación con la Orden de Cluny: separación, extinción y reforma
- 4. Los gastos de los procesos
- 5. Las indulgencias

Capítulo 6: La normalización de la autoridad episcopal sobre los monasterios

- 1. La defensa de la exención cluniacense
- 2. La aceptación de la autoridad eclesiástica del obispo
- 3. La justicia episcopal
 - 3.1. Las competencias de los jueces y tribunales episcopales
 - 3.2. Los obispos y arcedianos como jueces
- 4. La fiscalidad diocesana

Capítulo 7: Servir y litigar: capellanes y clérigos en las iglesias dependientes de los monasterios

- 1. Los capellanes y clérigos en las iglesias monásticas
 - 1.1. Los capellanes
 - 1.2. La capilla de la Santa Cruz en Santa María de Nájera
 - 1.2.1. La retribución de los clérigos de la capilla
- 2. Los clérigos de las iglesias dependientes de los monasterios. El caso de Santa María de Puerto

3. La provisión y retribución de los clérigos de las iglesias
4. Los diezmos: recaudación y disputas
5. Los clérigos como arrendadores o administradores de las heredades del monasterio

ANEXO: ENTRE EL REINO Y LA IGLESIA

Capítulo 8: La resolución de conflictos mediante arbitraje

1. Los problemas del arbitraje
2. Los jueces árbitros
3. Los asuntos objeto de arbitraje

Capítulo 9: Servir al monasterio, trabajar para el monasterio: mucho más que criados y familiares

1. Los escuderos
2. Mayordomos y despenseros
3. Porteros y cocineros
4. Otros oficiales y servidores
5. Variedad socioeconómica de los criados: aproximación prosopográfica
6. Procedencia geográfica
7. Más allá de los familiares y criados
8. El mundo de los letrados
9. Los procuradores del monasterio

Capítulo 12: La administración del monasterio: el prior y el convento

1. El marco normativo: estatutos cluniacenses y normativa pontificia
2. El control de la actuación de los priores
 - 2.1. El Capítulo General
 - 2.2. Del papa al convento
3. La reunión del cabildo
4. La mesa del convento
 - 4.1. Origen y desarrollo de la mesa del convento
 - 4.2. La gestión de la mesa conventual: mayordomos, cillereros, claveros, regidores

Capítulo 13: Oficios y oficiales

1. El nombramiento y destitución de los oficiales
2. La jerarquización interna de los oficiales en el siglo XV
3. Los oficiales de los monasterios y su cursus honorum
 - 3.1. El desempeño temporal de un oficio: los lugartenientes
 - 3.2. El desempeño de dos oficios simultáneamente
 - 3.3. La carrera monástica de los priores mayores y abades

- 3.4. La carrera monástica de otros oficiales
- 4. Los oficios
 - 4.1. El priorato claustral
 - 4.2. La sacristanía
 - 4.3. La enfermería
 - 4.4. La limosna
 - 4.5. La cantoría
- 5. Las propiedades y rentas de los oficios y su gestión
 - 5.1. Realización de apeos y confirmación de privilegios
 - 5.2. Arrendamientos
 - 5.3. Adquisiciones de heredades y anexión de capellanías
- 6. Los oficiales como procuradores del monasterio

Capítulo 14: Los monjes y la comunidad monástica

- 1. Problemas de antroponimia monástica e identificación de los monjes
- 2. Origen y reclutamiento
 - 2.1. Origen geográfico
 - 2.2. Origen social
 - 2.3. El reclutamiento de los monjes

3. El comportamiento de los monjes

- 3.1. Castidad o incontinencia
- 3.2. Violencia: entre la ira y la defensa de los derechos por la fuerza
- 3.3. Otros comportamientos deshonestos: robos, apostasía
- 3.4. El castigo de los monjes: la cárcel del monasterio

4. La vida cotidiana

- 4.1. La formación de los monjes
- 4.2. La alimentación: limitación del ayuno y de la abstinencia de carne
- 4.3. La cuestión de los bienes y criados particulares
- 4.4. Los espacios de la vida monástica: las dependencias claustrales

Capítulo 15: La liturgia: una vocación cluniacense

- 1. El oficio divino: canto de las horas y misas
- 2. La oración intercesora por los difuntos
 - 2.1. La variedad de motivos de las donaciones y disposiciones testamentarias
 - 2.2. La retribución de la participación de los monjes en los entierros y su liturgia

- 2.3. La fundación de aniversarios y memorias
- 2.4. El necrologio-obituario de San Zoilo de Carrión
- 3. Los familiares del monasterio y la concesión de sepultura
- 4. La conmemoración litúrgica de los reyes y la aristocracia: aniversarios y capillas
- 5. El espacio de la liturgia: el edificio de la iglesia

Apéndice 1: Lista de monjes de los monasterios cluniacenses en Castilla (1380-1513)

Apéndice 2: Lista de superiores y oficiales por monasterios

Bibliografía



**CARLOS MANUEL
REGLERO DE LA FUENTE
(COORD.)**

**LOS MONASTERIOS
BENEDICTINOS Y
CISTERCIENSES
CASTELLANOS Y EL
PAPADO EN LA BAJA
EDAD MEDIA**

Murcia, Sociedad Española de
Estudios Medievales, 2026, 196
págs.
ISBN papel: 978-84-09-87756-0

Introducción

Carlos M. Reglero de la Fuente

Súplicas de los monasterios hispanos a Inocencio VI (1353-
1361)

Santiago Domínguez Sánchez

La excepcionalidad canónica cisterciense y los documentos
pontificios en las colecciones diplomáticas monásticas de
la Corona de Castilla bajomedieval

Ghislain Baurly

La intervención pontificia en el nombramiento de los su-
periores de los monasterios cluniacenses en Castilla y sus
consecuencias (siglos XIV-XV)

Carlos Manuel Reglero de la Fuente

Dilectiis filiis universis: fiscalidad pontificia y Císter entre 1264 y 1338 en la Corona de Castilla

Carlos Gutiérrez Martín

Valdediós, entre la diócesis y el papado: del elogio al conflicto (1377-1426)

Álvaro Solano Fernández-Sordo

Redes de poder eclesiástico de los Santa María-Cartagena: la implantación de la Observancia vallisoletana en San Juan de Burgos (1423-1437)

María Herrero Guillén

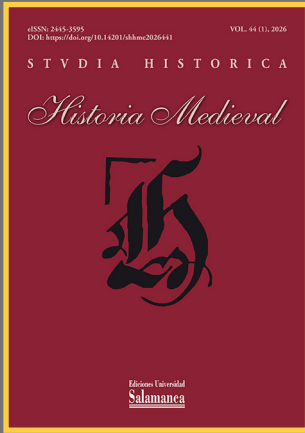
La reforma de los monasterios asturianos de San Salvador de Cornellana y de Santa María de Belmonte (ss. XV-XVI)

Guillermo Fernández Ortiz

Conclusiones

Carlos M. Reglero de la Fuente

Bibliografía



STVDIA HISTORIA. HISTORIA MEDIEVAL 44/1 (2026)

Monográfico: *Sostenibilidad ambiental y aprovechamiento de los recursos naturales en ecosistemas sensibles durante la Edad Media. Casos de estudios comparativos*

ÍNDICE

Introducción

Introducción: «Todo acaba reaprovechándose hasta el final»
Emilio Martín Gutiérrez

Artículos

En busca del equilibrio y la sostenibilidad. La explotación de recursos de montaña en la Alta Edad Media (Pirineo y Prepirineo catalán)
Marta Sancho i Planas

Le acque, le montagne, gli uomini. Ricognizioni documentarie e prime indagini sull'area del fucino (secc. VIII-XII)
Mario Marrocchi

The Dark Side of Medieval Sustainability: The Social Construction of Sustainable Practices in Western and Central Alps Italian Communities

Riccardo Rao

La Maremme siennoise à la fin du Moyen Âge : aménagements de l'espace et aléas climatiques dans la Toscane meridional

Boisseuil Didier

Cuando lo sostenible era sostenible: la proyección productiva de los humedales en el territorio survalenciano a finales del Medievo

Miriam Parra Villaescusa

Entre el desarrollo comercial y la sostenibilidad. Los ecosistemas marismenos de la Bahía de Cádiz durante el siglo XV

Emilio Martín Gutiérrez

Varia

Entre Uclés y Peñafiel: el Panteón de los Manuel y el conflicto con la Orden de Santiago (1261-1324)

Federico Javier Asiss González

Porquê chamar se não entende? Os nomes próprios de equídeos em Portugal entre a Idade Média e inícios da Modernidade

Afonso Soares de Sousa

Fiscalidad y hacienda eclesiástica en Castilla. Los ingresos del cabildo catedral de Sevilla en el siglo XV: deva-

luación monetaria, crecimiento demográfico y expansión económica

Andrés Requena Parra

Animales y hombres: un estudio a través de las Partidas (s. XIII)

José Luis Jiménez Cañas

El episodio del judío en la Passio Vincentii, Sabinae et Christetae. Una comparación con otras narrativas tardoantiguas

Rodrigo Laham Cohen

Reseñas

NORMAS DE PRESENTACIÓN DE ORIGINALES PARA LOS BOLETINES TELEMÁTICOS DE LA SEEM

Envíos a:

info@medievalistas.es o secretaria@medievalistas.es

La información deberá ser remitida en fichero de texto (Word o similar), sin formato alguno, por lo que se ruega que no se envíen simples conversiones de ficheros PDF.

EVENTOS

Se ruega que se remitan por correo electrónico en formato Word o similar, además de los envíos habituales de los dípticos, trípticos o enlaces para internet. También se agradecerá la remisión de algún motivo gráfico (fotografía, dibujo, etc.).

NOVEDADES EDITORIALES

Para quienes deseen que sus obras aparezcan en esta sección y en la web de la SEEM, se deberá enviar la siguiente información:

- Envío en formato jpg de la cubierta del libro.
- Envío en formato Word de la ficha bibliográfica de la obra (autor, título, ciudad, editorial, año, páginas e isbn).
- Envío en formato Word del índice de la obra.
- Si se desea acompañar por algún párrafo de comentario, también se debe remitir en un fichero Word.

La junta directiva no se compromete a que aparezca en un breve plazo en la web ni en el siguiente boletín si no se respetan esas condiciones.

